



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

**Edital nº 90.026/2026/2026 - CPL**

**São Luís - MA, 29 de abril de 2026**

**EDITAL**

**DADOS DA LICITAÇÃO**

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.026/2026</b> <b>UASG: 980921</b>	<b>DATA DE ABERTURA: 14/05/2026</b> <b>HORÁRIO: 09h 30min.</b> <b>SÍTIOS: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a></b>
--	---

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:</b> 15901.039694/2025	<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b> Secretaria Municipal de Saúde de São Luís-MA
<b>OBJETO:</b> Contratação de empresa especializada no fornecimento de camas hospitalares motorizada para atender às necessidades específicas das crianças com microcefalia, cadastradas e acompanhadas pela Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (CASPD), vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/SEMUS.	
<b>VALOR ESTIMADO:</b> R\$ R\$ 703.193,60 (setecentos e três mil, cento e noventa e três reais e sessenta centavos)"	
<b>DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO:</b>  Verificar item 9.2 do Termo de Referência – Anexo I, e item 20 do Edital.	<b>QUANTIDADES DE ITENS/GRUPOS:</b>  02
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>  MENOR PREÇO POR ITEM	<b>FORMA DE ADJUDICAÇÃO:</b>  UNITÁRIO
<b>FORMA DE FORNECIMENTO:</b>  ÚNICA	<b>MODO DE DISPUTA:</b>  ABERTO E FECHADO

<b>PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:</b>  Até <b>3 (três) dias úteis</b> antes da data designada para abertura da sessão pública para o endereço <a href="mailto:membro03cpl@gmail.com">membro03cpl@gmail.com</a>	<b>PERMITE OFERTA DE QUANTIDADE INFERIOR:</b>  NÃO
<b>PRAZO DE ENVIO DE PROPOSTA AJUSTADA:</b>  <b>02 (DUAS ) horas</b> , a contar da solicitação.	<b>INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES:</b>  R\$ 0,01 (um centavo).
A fase de habilitação <b>NÃO</b> será anterior à fase de lances.	

ITEM EXCLUSIVO ME/EPP	LIC. AMPLA PARTICIPAÇÃO	COTA RESERVADA ME/EPP	PARTICIPAÇÃO COOPERATIVA	PARTICIPAÇÃO CONSÓRCIO	EXIGE AMOSTRA	PROVA DE CONCEITO
NÃO	01	02	SIM	SIM	NÃO	NÃO

<b>LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:</b>  Lei Municipal nº 4.537/2005, alterada pela Lei nº. 7.690, de 01 de novembro de 2024;  Decreto Municipal nº 60.155/2024 (Processos de Planejamento e Licitações de Bens, Serviços e Obras);  Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);  Lei Complementar nº 123/2006 (ME/EPP);  Decreto Federal nº 8.538/2015 (ME/EPP/agricultores familiares/produtores rurais pessoa física/MEI/sociedades cooperativas);  Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 (sustentabilidade ambiental);  Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018 (SICAF);  Instrução Normativa DREI/SGD/ME nº 82, de 19/02/2021 (autenticação dos livros contábeis ou não); Instrução Normativa RFB nº 2110/2022 (tributação previdenciária e arrecadação das contribuições sociais);  Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992 (improbidade administrativa);  <b>Lei Federal nº 11.101, de 09/02/2005</b> (recuperação judicial, extrajudicial e falência);  Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil);  Demais normas regulamentares, Princípios correlatos pertinentes à espécie e Exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
---

**DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:**

O Pregão será realizado em sessão pública *on line* por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site <http://gov.br/compras/pt-br/>

Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no **Sistema Eletrônico – Comprasnet**, daqui por diante, denominado **Sistema**, e na documentação relativa ao certame.

**MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO E CONSULTA DO EDITAL:**

O edital poderá ser retirado gratuitamente nos sítios: [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/) e [www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1](http://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1) - “Central de Licitações”.

Toda e qualquer comunicação com o(a) Pregoeiro(a) será realizada por meio eletrônico, utilizando o e-mail: [membro03cpl@gmail.com](mailto:membro03cpl@gmail.com), ou quando da sessão pública de disputa do certame, por intermédio do *chat* do **Sistema**, sendo que não serão prestadas informações por contato telefônico ou outro endereço eletrônico não indicado neste Edital.

**OBSERVAÇÕES GERAIS:**

1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

2. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de expediente na Central Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão – CPL/PMSL/MA;

3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo (a) Pregoeiro(a).

ASSUNTOS	ITENS
DO PREÂMBULO	1.
DO OBJETO E VALOR ESTIMADO	2.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	3.
DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL	4.
DO CREDENCIAMENTO	5.
DAS PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	6.
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7.
DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS	8.
DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	9.

DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS	10.
DA FORMULAÇÃO DE LANCES	11.
DO MODO DE DISPUTA	12.
DA DESCONEXÃO	13.
DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	14.
DO CRITÉRIO DE DESEMPATE	15.
DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA ME E EPP	16.
DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS	17.
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE .....	18.
DA AMOSTRA	19.
DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	20.
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVO	21.
DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	22.
DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO	23.
DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO	24.
DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS	25.
DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO	26.
DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	27.
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	28.
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	29.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	30.
<b>SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:</b>	
ANEXO I – Termo de Referência; ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços; ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar – ETP; ANEXO IV – Minuta do Contrato;	

<p><b>ASSESSOR (A) RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO EDITAL:</b></p> <p><b>EMANUELLA SILVA DE SOUSA</b></p> <p>Assessor de Procedimentos Licitatórios - CPL/PMSL/MA</p> <p>Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB</p>	<p><b>PREGOEIRO (A) RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DA LICITAÇÃO:</b></p> <p><b>Monique Castro Gusmão</b></p> <p>Pregoeiro(a)- CPL/PMSL/MA</p> <p>Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB</p>
--	--

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.026/2026 – CPL/PMSL**  
Processo Administrativo SEI nº 15901.039694/2025

## 1. DO PREÂMBULO

**1.1.** O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO, por meio da Central Permanente de Licitação - CPL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.307.102/0001-30, sediada na Avenida dos Holandeses, Nº 1, Quadra 36, Lote 1 a 14, Shopping do Automóvel Holandeses, loja 97, Calhau, São Luís/MA, CEP.: 65.071-380, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

**1.2.** A licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo necessário que os licitantes interessados providenciem o credenciamento junto ao **Comprasnet** através do site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/).

## 2. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

**2.1.** A presente licitação visa a escolha da proposta mais vantajosa, de acordo com as informações dispostas nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I e demais documentos anexos a este Edital.

**2.2.** A licitação contemplará **02 ITENS**, conforme **Termo de Referência – Anexo I** deste Edital.

**2.3.** O custo estimado da contratação é o constante nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**2.4.** NA HIPÓTESE DE HAVER DIFERENÇA NA DESCRIÇÃO DO OBJETO REGISTRADO NO SISTEMA E NAS ESPECIFICAÇÕES CONSTATES NO ANEXO I, DESTE EDITAL, DEVERÁ SER CONSIDERADA A DESCRIÇÃO CONTIDA NO ANEXO I DO EDITAL

## 3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**3.1.** Os recursos para atender as despesas decorrentes do objeto desta licitação, serão alocados conforme seguinte classificação:

**Órgão: Secretaria Municipal de Saúde -SEMUS**

§ Projeto/Atividade: **15901.1030202322.148;**

§ Elemento de Despesa: **3.3.90.32;**

**3.2.** As despesas com a contratação que porventura ultrapassarem o exercício em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual – LOA, do exercício correspondente.

#### **4. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL**

**4.1.** Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou apresentar pedido de esclarecimento.

**4.2.** A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverá ser encaminhado exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail indicado no campo “**DADOS DA LICITAÇÃO**”. Deverá ser encaminhada uma via da impugnação na *extensão “pdf”* e uma via em *extensão “doc”*.

**4.2.1.** Caberá ao licitante confirmar junto ao Pregoeiro(a) o recebimento do e-mail que encaminhar seu pedido.

**4.3.** O pedido de impugnação deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações:

**4.3.1.** Número do certame impugnado;

**4.3.2.** Nome da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física impugnante;

**4.3.3.** Razões da impugnação e solicitações de alteração;

**4.3.4.** Nome, CNPJ, endereço e contato da Pessoa Jurídica ou, no que couber, da Pessoa Física impugnante.

**4.4.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**4.5.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**4.6.** Não será reconhecida a impugnação quando protocolada depois de vencido o prazo de interposição.

**4.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem automaticamente os prazos previstos no certame.

**4.7.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

**4.8.** Decairá o direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**4.9.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo **Sistema** e vincularão os participantes e a Administração.

#### **5. DO CREDENCIAMENTO**

**5.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema **Compras.gov.br**, por meio do sítio eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**5.1.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**5.2.** O credenciamento junto ao provedor do **Sistema** implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

**5.3.** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Prefeitura Municipal de São Luís,

responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.4.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**6.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**6.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**6.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema do órgão gerenciador da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**6.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**6.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### **6.5. Não poderão disputar esta licitação:**

**6.5.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**6.5.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**6.5.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**6.5.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**6.5.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**6.5.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**6.5.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**6.5.8.** Agente público do órgão licitante;

**6.5.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme indicação de vedação no “DADOS DA LICITAÇÃO”;

**6.5.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**6.5.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**6.6.** O impedimento de que trata o **subitem 6.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**6.7.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 6.5.2 e 6.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.

**6.8.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**6.9.** O disposto nos **subitens 6.5.2 e 6.5.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**6.10.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**6.11.** A vedação de que trata o **subitem 6.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**6.12.** Empresário que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitado de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;

**6.12.1.** O impedimento de que trata esta Subcondição será também aplicado à licitante que atue em substituição a outro empresário, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, de acordo com o constante no “**DADOS DA LICITAÇÃO**”.

**7.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**7.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante **DECLARARÁ**, em campo próprio do **Sistema**, que:

**7.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**7.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**7.3.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**7.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



- 7.5.** A falsidade da declaração de que trata o **item 7.3** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 7.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 7.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 7.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 7.9.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 7.9.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 7.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 7.10.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 7.10.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 7.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **subitem 7.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 7.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 7.12.1.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 8.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 8.1.1.** **Valor unitário, total ou o percentual de desconto** para cada item ou grupo de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
- 8.1.2.** Marca;
- 8.1.3.** Fabricante;
- 8.1.4.** Quantidade cotada, devendo respeitar o estabelecido no **Termo de Referência – Anexo I** deste Edital.
- 8.1.5.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Termo de Referência, Anexo I** deste Edital; indicando, **no que for aplicável**, o modelo, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**, e demais características técnicas, acompanhados de prospectos comerciais, *folders*, ou outro material ilustrativo que permita aferir as especificações do edital
- 8.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 8.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas,

tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**8.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**8.5.** Os quantitativos previstos no orçamento estimado pela Administração não poderão ser alterados pelo proponente, salvo disposição contrária no **“DADOS DA LICITAÇÃO”** deste edital.

**8.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**8.6.1.** O prazo de validade da proposta não será **inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**8.6.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

**8.6.3.** Caso critério de julgamento seja de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previsto no Termo de Referência.

**8.7.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar, aos contratados, a responsabilização pelos órgãos competentes e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

**8.7.1.** Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou

**8.7.2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**8.7.3.** Catálogos e material(is) ilustrativo(s) original(is) ou cópia(s) em português, referente(s) ao(s) modelo(s) ofertado(s), comprobatório(s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a **“FONTE”** (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>.) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto..

**8.7.4.** Comprovação da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através de cópia do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento, ou ainda, se for o caso, comprovação de que o produto não está sob controle sanitário. Caso o registro esteja vencido, a empresa deverá apresentar cópia do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360/1976

**8.7.5.** Não serão consideradas propostas que forem cópia fiel da Descrição Técnica contida neste instrumento. Os proponentes deverão obrigatoriamente mencionar na proposta todos os itens solicitados, citando as características próprias do (s) objetos (s) ofertado (s), em português. O (s) item (ns) não informado (s) poderá (ão) ser considerado (s) como não atendido (s).

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**9.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de **Sistema**, na data e horário discriminados nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**9.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no **Sistema**, até a abertura da sessão pública.

**9.3.** A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do **Sistema**.

**9.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no **Sistema** durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo **Sistema** ou de sua desconexão.

## **10. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**10.1.** O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas neste Instrumento.

**10.2.** Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante no Sistema**.

**10.3.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no **Sistema**, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**10.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**10.5.** O **Sistema** ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**10.6.** O **Sistema** disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

## **11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**11.1.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de **Sistema**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**11.2.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de julgamento indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**11.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**11.4.** O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo **Sistema**.

**11.5.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o detalhado no **“DADOS DA LICITAÇÃO”**.

**11.6.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**11.7.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**11.8.** Caso o licitante não apresente lances, correrá com o valor de sua proposta.

## **12. DO MODO DE DISPUTA**

**12.1.** O modo de disputa será **“ABERTO E FECHADO”**, conforme definido no anexo I - Termo de Referência, e discriminado nos **“DADOS DA LICITAÇÃO”**.

**12.2.** No modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**12.2.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**12.2.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**12.2.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**12.2.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**12.2.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**12.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**12.4.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

### **13. DA DESCONEXÃO E REMARCAÇÃO DA SESSÃO**

**13.1.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**13.2.** Quando a desconexão do **Sistema** persistir para o (a) pregoeiro(a) por tempo superior a 10 (dez) minutos ou na hipótese de remarcação da sessão pública, esta somente poderá ser realizada após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

### **14. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**14.1.** O critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração ser o indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

### **15. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE**

**15.1.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**15.1.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**15.1.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**15.1.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**15.1.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**15.1.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**15.1.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**15.1.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade Municipal, no território do Estado em que este se localize;

**15.1.2.2.** Empresas brasileiras;

**15.1.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**15.1.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **16. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**16.1.** Nas contratações públicas, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, observadas as vedações previstas no **subitem 8.7** deste Edital, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, em observância à Lei nº 123/2006.

**16.2.** Para cumprimento do **subitem anterior** e atendendo ao Anexo I - deste Edital, o processo licitatório, em se tratando de bens de natureza divisível, será organizado da seguinte forma:

**16.2.1.** Cota reservada de **até 25% (vinte e cinco por cento)** dos quantitativos totais de cada **item/grupo**, destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte;

**16.2.1.1.** Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado, nos termos do § 2º do art. 8º do Decreto Federal nº 8.538, de 2015.

**16.2.1.2.** Se uma mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço obtido entre as cotas.

**16.2.1.3.** A prioridade de **aquisição** do(s) **material(is)/produto(s)/bem(ns)** deverá ser das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

**16.2.2.** Item exclusivo, para aquele **item/grupo** cujo valor total seja de até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte;

## **17. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**17.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**17.1.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**17.1.2.** A negociação será realizada por meio do **Sistema**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**17.1.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**17.1.4.** O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**17.1.5.** É facultado ao Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**17.1.6.** Será desclassificado o licitante que não enviar a proposta de preços adequada no prazo estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**17.2.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **18. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE**

**18.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, quanto a compatibilidade do preço e às especificações constantes no **Termo de Referência – Anexo I** deste Edital, sendo desclassificado o que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, passando-se à convocação das licitante subsequentes, na ordem de classificação.

**18.1.1.** Considera-se inexequível o lance que apresente preço global **ou** unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**18.1.2.** O(A) Pregoeiro(a), antes de declarar a inexequibilidade, deverá realizar diligências com essa finalidade, convocando previamente o licitante para manifestação, **no prazo máximo de até 2 (duas) horas**, a contar da convocação no **Sistema**.

**18.1.3.** Não incorrendo na inadequação ou incompatibilidade do **subitem 18.1**, o(a) Pregoeiro(a) providenciará a negociação com o licitante, buscando obter proposta mais vantajosa para a Administração.

**18.2.** O licitante detentor do menor lance deverá encaminhar no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, pelo **Sistema**, sua proposta de preços, com o valor readequado ao valor do lance vencedor (e, se for o caso, com o valor negociado), bem como os demais dados constantes no **item 08** deste Edital, para sua elaboração.

**18.3.** Os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, relativos à proposta, serão encaminhados pelo licitante convocada no mesmo prazo do **subitem 18.2**, mediante convocação específica do(a) Pregoeiro(a).

**18.4.** A Proposta de Preços a ser encaminhada **deverá** estar ajustada ao lance vencedor/valor final ofertado de acordo com o modelo apresentado no **ANEXO II**, devendo conter:

**18.4.1.** **Dados do licitante, tais como:** número do pregão, razão social, endereço completo, telefone, número do CNPJ/MF, endereço eletrônico (e-mail) para contato, e dados bancários para fins de pagamento (nome e número do banco, número e local da agência, número da conta corrente);

**18.4.2.** **Nome completo do responsável ou representante legal** pela assinatura do contrato, números do CPF, Carteira de Identidade e cargo na empresa/instituição;

**18.4.2.1.** Havendo alteração do representante legal, o licitante apresentará estas informações acompanhadas dos documentos necessários, no momento da assinatura do contrato.

**18.4.3. Indicação do valor unitário e do valor total dos itens que compõem a Planilha Descritiva e Orçamentária, constante do APÊNDICE I, do Termo de Referência – ANEXO I** deste Edital, em algarismo e o valor global da proposta em algarismo e por extenso, em Real (R\$), já inclusas todos os lucros e despesas que resultem no custo das aquisições, tais como: impostos, taxas, transportes, materiais utilizados, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos, bem como quaisquer outras despesas, que incidirem na aquisição do objeto.

**18.4.3.1.** Os preços propostos não poderão ser superiores aos valores estabelecidos no **Termo de Referência – Anexo I** deste Edital, sob pena de desclassificação;

**18.4.4.** Características dos serviços ofertados, com especificações detalhadas, mencionando marca, modelo, dimensões, composição e demais referências que permitam perfeita análise e aceitação, de acordo com as especificações constantes no **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

**18.4.4.1.** **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de fotos ou catálogos, bem como a indicação de sítios na internet ou outros documentos onde possam ser verificadas as características dos materiais.**

**18.4.4.1.1.** A não apresentação das informações solicitadas implicará no julgamento do estado em que se encontram as propostas, podendo resultar em sua desclassificação.

**18.4.5.** **O prazo de validade da proposta de preços** não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de abertura da sessão pública.

**18.4.5.1.** A Administração poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da proposta por igual período. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar

ou aceitar o pedido, entretanto, no caso de concordância, a proposta não poderá ser modificada.

**18.4.5.2.** Decorrido o prazo de validade da proposta de preços sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, cabendo, no caso, negociação com a Administração para manter o preço proposto.

**18.5.** Serão desclassificadas as propostas de preços que:

**18.5.1.** Contiverem vícios insanáveis;

**18.5.2.** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital e seus anexos;

**18.5.3.** Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçado estimado para a contratação;

**18.5.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**18.5.5.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos, desde que insanável.

**18.6.** A verificação da conformidade das propostas de preços poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**18.7.** Verificando-se discordância entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos. Se o licitante não aceitar a correção de tais erros, sua proposta será rejeitada, convocando-se a empresa subsequente classificada, se houver.

**18.8.** No julgamento da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, fundamentando e registrando sua decisão no **Sistema**.

**18.9.** O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de propostas de preços retificada, para correção de erros formais.

**18.10.** Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o pregão e marcar nova data para seu julgamento.

**18.11.** O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências ou requisitar análise técnica, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre as propostas de preços ao setor demandante.

**18.12.** A apresentação da proposta de preços obriga o licitante vencedor ao cumprimento dos termos do Edital e seus anexos, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicada à espécie.

## **19. DA AMOSTRA**

**19.1.** As regras sobre apresentação de Amostra, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital.

## **20. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**20.1.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante cuja a proposta de preços tenha sido aceita na fase de julgamento.

**20.2.** Após declarado o licitante vencedor, o(a) Pregoeiro(a), como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante verificação aos seguintes cadastros:

**20.2.1.** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

**20.2.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

**20.2.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

**20.2.4.** Lista de Licitantes Declaradas Inidôneas para participar de licitações, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>).

**20.3.** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos **subitens 20.2.2, 20.2.3 e 20.2.4** acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

**20.4.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força da determinação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**20.5.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, (IN nº 3/2018, art. 29, caput), devendo convocar previamente o licitante para manifestação.

**20.5.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros, (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

**20.5.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação, (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**20.5.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**20.6.** Não incorrendo o licitante em sanções impeditivas, o(a) Pregoeiro(a) consultará o SICAF, em relação à sua habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social e trabalhista, e, se for o caso, em relação à qualificação técnica e econômico-financeira.

**20.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**20.7.1.** A não observação do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7ª, parágrafo único).

**20.8.** A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítio eletrônico oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**20.9.** Se os documentos e as informações no SICAF continuarem desatualizadas ou tais documentos não estejam previstos no SICAF, o(a) Pregoeiro(a) deverá convocar o licitante para apresentação dos documentos de habilitação atualizados no prazo constante nos “DADOS DA LICITAÇÃO” caso não seja possível ou não logre êxito em encontra a(s) certidão(ões) válida(s) na consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões.

**20.10.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via **Sistema**, no **prazo** indicado no “chat”, sob pena de inabilitação.

**20.11.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**20.12.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**20.13.** Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**20.13.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**20.14.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, desde que estejam no prazo de validade, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**20.15.** Ressalvado o disposto no **subitem acima**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.



## **20.16. Habilitação Jurídica:**

**20.16.1. No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**20.16.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018 (art. 44), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**20.16.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

**20.16.4. No caso de sociedades civis:** inscrição do ato constitutivo, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**20.16.5. No caso de sociedades comerciais:** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

**20.16.6. No caso de sociedades por ações:** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado acompanhada de documentação de eleição de seus administradores;

**20.16.7. No caso de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP:** Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

**20.16.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** Decreto de autorização, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

## **20.17. OS DOCUMENTOS ACIMA DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.**

## **20.18. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

**20.18.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF** ou, quando for o caso, **no Cadastro de Pessoas Físicas**, notadamente através do Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física, respectivamente;

**20.18.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Previdenciária**, expedida pela Receita Federal do Brasil;

**20.18.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal;

**20.18.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT** para comprovar a inexistência de débitos inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

**20.18.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

**20.18.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado**, emitida pela **Secretaria de Fazenda do Estado**, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

**20.18.7. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa**, emitida pela **Secretaria de Fazenda do Estado**, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

**20.18.7.1.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**20.18.8. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa**, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

**20.18.9. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Município**, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

**20.19.** Quando a prova de regularidade de que trata os **itens 19.18.6 / 19.18.7 e 19.18.8 / 19.18.9**, for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, cabará o licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

**20.20.** O licitante detentor de menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**20.21.** A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal, social e/ou trabalhista.

## **20.22. Qualificação Técnica:**

**20.22.1.** Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá apresentar documentação apta a comprovar que possui capacidade e regularidade técnico-sanitária compatíveis com o objeto desta contratação, mediante:

**20.22.1.1.** Licença Sanitária Estadual ou Municipal válida, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária competente e compatível com o objeto licitado. Caso a Licença Sanitária esteja vencida, será aceita cópia legível do protocolo de revalidação, acompanhada da cópia da licença expirada. Alternativamente, a exigência poderá ser dispensada mediante comprovação inequívoca de isenção da atividade perante a Vigilância Sanitária competente, por meio de documento oficial.

**20.22.1.2.** Autorização de Funcionamento (AFE) concedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando aplicável à atividade exercida pela licitante. A validação da AFE dar-se-á mediante cópia legível de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU) ou cópia eletrônica obtida diretamente do portal da ANVISA. Alternativamente, a exigência poderá ser dispensada mediante apresentação de documento oficial emitido pela ANVISA ou previsão normativa específica que comprove inequivocamente a dispensa para a atividade desempenhada.

**20.22.2.** A principal justificativa para a exigência da Licença Sanitária e, quando aplicável, da AFE/ANVISA, na aquisição de camas hospitalares motorizadas destinadas ao atendimento de crianças com microcefalia, é assegurar que o futuro contratado atue em conformidade com as normas de vigilância sanitária, garantindo que o fornecimento decorra de empresa regularmente constituída e autorizada para o exercício de atividade correlata ao objeto, com padrões mínimos de segurança, rastreabilidade e controle sanitário;

**20.22.3.** O objetivo é salvaguardar a Administração Pública (e, por extensão, os pacientes e cuidadores) contra a contratação de fornecedores sem regularidade sanitária ou sem condições técnicas de fornecimento, reduzindo riscos de irregularidades na entrega, inadequação do produto, falhas de suporte no período de garantia e inconformidades que possam comprometer a segurança do usuário e a efetividade assistencial do equipamento..

**20.22.4.** As justificativas detalhadas incluem:

**20.22.4.1.** Conformidade sanitária e legal da atividade: a Licença Sanitária e a AFE (quando aplicável) demonstram que a licitante se submete ao controle da Vigilância Sanitária e atende requisitos mínimos regulatórios para operar, comercializar e fornecer bens destinados ao ambiente assistencial.

**20.22.4.2.** Mitigação de riscos ao interesse público: a comprovação de regularidade sanitária reduz a probabilidade de fornecimento de bens sem procedência adequada, sem rastreabilidade, ou em desconformidade com padrões de segurança, com potencial risco à saúde e ao erário.

**20.22.4.3.** Segurança jurídica e contratual: a exigência fortalece a segurança do contrato, prevenindo situações que gerem paralisações, recusas no recebimento, necessidade de substituição por vício de procedência e outras ocorrências que impliquem atrasos e custos adicionais, além de reduzir a probabilidade de contratação de empresa “aventureira”.

**20.22.4.4.** Aderência ao ETP e às boas práticas de governança: as exigências estão alinhadas às cautelas apontadas no Estudo Técnico Preliminar e às orientações de boas práticas aplicáveis às contratações públicas na área da saúde, promovendo maior confiabilidade no fornecimento e na fase de execução contratual, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações de garantia.

**20.22.5.** Diante do exposto, justifica-se a exigência de Licença Sanitária e, quando aplicável, de AFE/ANVISA, como documentos indispensáveis à habilitação técnica, por se tratarem de medidas proporcionais e adequadas à natureza do

objeto, com foco na mitigação de riscos sanitários e na proteção do interesse público, em conformidade com o planejamento técnico previamente formalizado no ETP e com a legislação de regência das contratações públicas.

### **20.23. Qualificação Econômico-Financeira:**

**20.23.1.** Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados:

**20.23.1.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida **até 60 (sessenta) dias** antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão.

**20.23.1.1.1.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei Federal nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo ainda comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**20.23.1.2.** Caso seja admitida a participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação;

**20.23.1.3.** Balanço Patrimonial, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

**20.23.1.3.1.** O licitante deve, sempre que questionado, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, **no mínimo**:

**a)** A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as constas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados;

**b)** Comprovante de autenticação da escritura contábil junto ao registro público competente.

**b.1)** O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei nº 6.404/1976.

**20.23.1.4.** O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB n. 2.142/2023.

**20.23.1.5.** Demonstração do Resultado do Exercício – DRE dos dois (dois) últimos exercícios sociais;

**20.23.1.6.** Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos exigidos neste Edital.

**20.23.1.7.** Os documentos exigidos na condição anterior deverão comprovar:

**20.23.1.7.1.** Índice de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

**20.23.1.7.2.** Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, for igual ou inferior a 1;

**20.23.1.8.** Os documentos referidos no **subitem 20.23.1.3.** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

### **20.24. Das Disposições Gerais sobre Habilitação:**

**20.24.1.** Os licitantes que apresentarem habilitação válida no **SICAF** poderão deixar de apresentar os documentos abrangidos pelos mesmos. No entanto, permanecerão obrigados a enviar os documentos não contemplados pelo SICAF.

**20.24.2.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- 20.24.2.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 20.24.2.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 20.24.2.3.** O prazo em que se refere o **item 20.24.2** será de **até 2 (duas) horas** a contar da convocação no **Sistema**.
- 20.24.3.** Será inabilitado o licitante que não enviar os documentos requeridos em fase de diligência no prazo estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.
- 20.24.4.** Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falha que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.
- 20.24.5.** Em caso de problema com linha de transmissão de dados, que inviabilize o acesso ao **Sistema**, o(a) Pregoeiro(a) poderá autorizar o envio da documentação por meio do e-mail indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.
- 20.24.6.** O prazo para encaminhamento dos documentos solicitados poderá ser prorrogado pelo prazo indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, sendo que tal pedido **deverá ser realizado dentro do prazo concedido**.
- 20.24.7.** Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o Pregão e marcar nova data para seu julgamento.
- 20.24.8.** Nos itens não exclusivos, as microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo **Sistema**, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 20.24.9.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 20.24.9.1.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante remanescente.
- 20.24.10.** O(A) Pregoeiro(a), constatando que o licitante atende a todas as condições de habilitação exigidas neste Edital, proclamá-la-á **HABILITADA**. Aquela que deixar de apresentar a documentação exigida ou apresentar de forma irregular será proclamada **INABILITADA**.
- 20.24.11.** As certidões que omitirem o **prazo** de validade serão entendidas como válidas pelo período de **90 (noventa) dias corridos**, a contar de sua emissão.
- 20.24.12.** O(A) Pregoeiro(a), antes de se manifestar com relação aos Documentos de Classificação e Habilitação das empresas participantes do Certame, poderá solicitar parecer técnico do Órgão Requisitante ou ainda, de Pessoas Físicas ou Jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

## **21. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

- 21.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação dos licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 21.2.** O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 21.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 21.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 21.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 21.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**21.3.4.** A manifestação de recurso fora do sistema eletrônico serão desconsideradas.

**21.3.5.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**21.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do **Sistema**.

**21.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**21.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**21.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**21.8.** As razões de recurso e contrarrazões enviadas fora do sistema eletrônico não serão recebidas.

**21.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**21.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**21.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema eletrônico.

## **22. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**22.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**22.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**22.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**22.1.3.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**22.1.4.** A convocação se dará por meio do **Sistema**, através do “chat”, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**22.1.5.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **23. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO**

**23.1.** Declarada a vencedora e esgotados os recursos administrativos, a Autoridade Superior, através do Sistema, fará a adjudicação e homologação do objeto desta licitação à vencedora.

**23.2.** A Autoridade Competente poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devendo proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

**23.2.1.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## **24. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO**

**24.1.** As regras sobre as Condições de Execução e Pagamento, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **ANEXO I** e na Minuta de Contrato – **ANEXO IV**, deste Edital.

## **25. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS**

**25.1.** As regras sobre as Garantias Exigidas e Ofertadas, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **ANEXO I** e na Minuta de Contrato – **ANEXO IV**, deste Edital.

## **26. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**26.1.** As regras sobre as Condições de Recebimento do Objeto, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **ANEXO I** e na Minuta de Contrato – **ANEXO IV**, deste Edital.

## **27. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**27.1.** Após a homologação da licitação, a Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, e nas condições estabelecidas neste Edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas.

**27.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**27.1.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no **prazo de 5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

**27.1.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**27.1.4.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**27.2.** A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**27.3.** Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

## **28. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**28.1.** As sanções administrativas por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no Termo de Referência – **ANEXO I** e na Minuta de Contrato – **ANEXO IV**, deste Edital.

## **29. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**29.1.** As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

## 30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**30.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**30.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

**30.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**30.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**30.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**30.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**30.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**30.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**30.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

**30.10.** O licitante deverá consignar para proposta ou lance, na forma expressa do **Sistema**, o valor com no máximo duas casas decimais após a vírgula ou percentual de desconto, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

**30.11.** É facultado o(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

**30.12.** Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

**30.13.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís – Comarca da Ilha de São Luís, excluído quaisquer outro, por mais privilegiado que seja.

**30.14.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site desta CPL - Central de Licitações (<https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1>).

**EMANUELLA SILVA DE SOUSA**

Assessor de Procedimentos Licitatórios - CPL/PMSL/MA  
Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB

-  
-  
-  
-



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Emanuella Silva de Sousa, Assessora**, em 29/04/2026, às 12:07, conforme Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **3821743** e o código CRC **9D77B51A**.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

**Termo de Referência nº 3766577/2026 - SEMUS**

**São Luís - MA, 22 de abril de 2026**

QUADRO RESUMO	
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:</b> 15901.039694/2025	<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b> Secretaria Municipal de Saúde de São Luís-MA.
<b>OBJETO:</b> Contratação de empresa especializada no fornecimento de <b>camas hospitalares motorizada para atender às necessidades específicas das crianças com microcefalia</b> , cadastradas e acompanhadas pela Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (CASPD), vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/SEMUS.	
<b>TIPO:</b> PREGÃO ELETRÔNICO	
<b>VALOR ESTIMADO:</b> R\$ 703.193,60 (setecentos e três mil, cento e noventa e três reais e sessenta centavos)	
<b>SIGILOSO:</b>  NÃO	<b>INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES:</b>  R\$ 0,01
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>  MENOR PREÇO POR ITEM	<b>QUANTIDADE DE ITENS:</b>  2
<b>FORMA DE ADJUDICAÇÃO:</b>  UNITÁRIO	<b>FORMA DE FORNECIMENTO:</b>  ÚNICA
<b>MODO DE DISPUTA:</b>  ABERTO E FECHADO	
<b>EXIGE AMOSTRA:</b> NÃO	<b>EXIGE PROVA DE CONCEITO:</b> NÃO

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada no **fornecimento de camas hospitalares motorizadas para atender às necessidades específicas das crianças com microcefalia**, cadastradas e acompanhadas pela **Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (CASPD)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.1. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**1.1.1.** A descrição do objeto, incluindo especificações técnicas mínimas, requisitos funcionais, padrões de qualidade e quantitativos estimados, estão discriminados no Apêndice I parte integrante deste Termo de Referência.

## **1.2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**1.2.1.** Os materiais a serem adquiridos enquadram-se no conceito de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, serem licitados por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

## **1.3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

**1.3.1.** A presente contratação não se caracteriza como prestação de natureza continuada. Isso porque refere-se à obtenção de bem permanente, destinado a suprir uma demanda específica da unidade requisitante, não envolvendo a execução de atividades que demandem fornecimento sucessivo, reiterado ou ininterrupto ao longo do tempo.

**1.3.2.** A Administração Pública não possui necessidade permanente ou prolongada de adquirir, de forma contínua, equipamentos dessa natureza. Trata-se de aquisição eventual e pontual, motivada pelas graves consequências clínicas e funcionais da microcefalia, frequentemente associada a déficits neurológicos severos e persistentes, como a paralisia cerebral com alto grau de dependência motora, não havendo compras recorrentes que indiquem habitualidade ou periodicidade típica de contratações continuadas.

**1.3.3.** Ademais, as camas hospitalares motorizadas possuem ciclo de vida útil prolongado, com durabilidade compatível com o uso assistencial a que se destinam, de modo que sua reposição ou nova aquisição ocorre apenas em situações excepcionais, como desgaste natural ao longo de vários anos, obsolescência tecnológica ou ampliação específica da demanda assistencial, não se configurando necessidade habitual ou permanente.

**1.3.4.** Dessa forma, resta evidenciado que a contratação possui natureza singular e não continuada, enquadrando-se como aquisição de bem permanente, cuja demanda é não recorrente, razão pela qual não se aplica a classificação de serviço ou fornecimento contínuo.

## **1.4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**1.4.1.** O prazo de vigência do contrato decorrente desta contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, período suficiente para a execução integral do objeto, incluindo o fornecimento, o recebimento definitivo e demais obrigações contratuais acessórias.

## **1.5. CONDIÇÕES DA ENTREGA.**

**1.5.1.** O prazo para entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, emitida pela Administração, observado o cronograma e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**1.5.2.** Na hipótese de impossibilidade de cumprimento do prazo inicialmente estabelecido, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**1.5.3.** Os materiais/produtos/bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

### **1.5.4. Local de entrega:**

**1.5.5.** O bem deverá ser entregue nas dependências do Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde - SEMUS, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira - BR 135, Km 06 - Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-602 - Maracaná - São Luís / MA, observadas as normas internas de recebimento e conferência de materiais.

### **1.5.6. Horário de Entrega:**

**1.5.6.1.** A entrega deverá ocorrer das 08:00h às 16:00h, horário local, de segunda a sexta-feira.

## **1.6. RECEBIMENTO DO OBJETO**

**1.6.1.** Provisoriamente: no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

**1.6.2. Definitivamente:** no prazo de 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório, mediante atesto da Nota Fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**1.6.3.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.;

**1.6.4.** A troca de marca pela contratada, só poderá ser realizada após envio de solicitação formal e posterior análise pelos setores técnicos e jurídicos.

## **1.7. DA GARANTIA DO PRODUTO**

**1.7.1.** A garantia será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar.

**1.7.2.** A garantia deverá assegurar que o equipamento permaneça em perfeitas condições de uso e funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, abrangendo todos os custos necessários à correção de falhas, defeitos ou vícios de fabricação.

**1.7.3.** A garantia compreende a manutenção corretiva integral do equipamento, a ser executada pela própria Contratada ou por assistência técnica por ela formalmente autorizada, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com as especificações do fabricante.

**1.7.4.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada à correção de defeitos ou falhas de funcionamento, incluindo, quando necessário, a substituição de peças, ajustes, regulagens, reparos e demais intervenções indispensáveis à plena funcionalidade do bem.

**1.7.5.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**1.7.5.1.** O prazo para reparação ou substituição das peças que apresentarem vício ou defeito será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da notificação à contratada.

**1.7.6.** O prazo para substituição das peças, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, mediante solicitação escrita e justificada da contratada, aceita pela contratante.

**1.7.7.** Sempre que o prazo de reparo comprometer a utilização do equipamento, a Contratada deverá disponibilizar, sem ônus, equipamento equivalente, com especificações técnicas iguais ou superiores ao originalmente fornecido, para uso provisório, garantindo a continuidade do atendimento assistencial.

**1.7.8.** Em caso de defeito insanável, a contratada deverá substituir integralmente o equipamento em até 15 dias corridos, contados a partir da ciência do fato passada, formalmente, a contratante, ou a partir do fim do prazo para o reparo e/ou sua eventual prorrogação.

**1.7.9.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela contratada, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

**1.7.10.** O custo referente ao transporte do equipamento coberto pela garantia será de responsabilidade da Contratada

**1.7.11.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **1.8. DA MANUTENÇÃO .**

**1.8.1.** Encerrado o prazo de garantia legal e/ou contratual, a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, quando necessária, poderá ser realizada por empresa especializada a ser oportunamente contratada pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme planejamento próprio da Administração.

**1.8.2.** A contratação de serviços de manutenção após o término da garantia não integra o escopo da presente contratação, não gerando qualquer obrigação futura ou vínculo automático com a Contratada, em observância ao princípio da segregação de objetos e ao planejamento da contratação pública.

## **1.9. DAS CONDIÇÕES DE TREINAMENTO E DO FORNECIMENTO DE MANUAL**

**1.9.1.** A CONTRATADA deverá realizar a apresentação técnica do equipamento, bem como o treinamento operacional básico aos profissionais indicados pela CONTRATANTE, abrangendo, no mínimo, a correta utilização dos comandos, ajustes de posicionamento, acionamento dos sistemas motorizados e orientações gerais de segurança.

**1.9.2.** O treinamento deverá ser realizado em datas e horários previamente acordados entre as partes, no período da manhã e/ou tarde, em local definido pela CONTRATANTE, cabendo a esta a indicação dos profissionais participantes.

**1.9.3.** A CONTRATADA deverá fornecer, no ato da entrega dos equipamentos, manual técnico em língua portuguesa, contendo informações completas e claras para o correto manuseio, operação, cuidados básicos, recomendações de segurança e orientações do fabricante, em meio físico e/ou digital, conforme disponibilizado pelo fabricante.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** O objeto a ser licitado guarda relação com a necessidade de aquisição previamente identificada e detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

### **2.2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.2.1.** O objeto da presente contratação guarda estrita correspondência com a necessidade previamente identificada, analisada e detalhada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que fundamenta técnica e administrativamente a aquisição de camas hospitalares motorizadas destinadas ao atendimento de crianças com microcefalia acompanhadas pela rede municipal de saúde.

**2.2.2.** A Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA, por meio da Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (CASPD), é responsável pelo acompanhamento contínuo de crianças com microcefalia, condição neurológica permanente frequentemente associada a déficits motores severos, comprometimento postural, dificuldades respiratórias, disfagia, convulsões e elevado grau de dependência funcional.

**2.2.3.** O Estudo Técnico Preliminar evidenciou que parcela significativa dessas crianças permanece em assistência domiciliar, sob cuidados intensivos de familiares ou cuidadores, demandando soluções assistivas adequadas para garantir segurança, conforto, prevenção de agravos clínicos e melhoria da qualidade de vida do paciente e de seu núcleo familiar.

**2.2.4.** As camas hospitalares motorizadas possibilitam ajustes precisos de posicionamento, incluindo elevação de dorso e membros inferiores, variação de altura e mudanças posturais seguras, recursos indispensáveis ao manejo clínico de crianças com microcefalia e limitações motoras severas, conforme apontado no ETP.

**2.2.5.** A adoção desse tipo de equipamento contribui diretamente para a redução de internações evitáveis, para a continuidade do cuidado em ambiente domiciliar e para a humanização da assistência, alinhando-se às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS e às políticas públicas voltadas à atenção à pessoa com deficiência.

**2.2.6.** O Estudo Técnico Preliminar demonstrou, ainda, que o quantitativo estimado de equipamentos decorre do número de pacientes cadastrados e acompanhados pela CASPD, não se tratando de aquisição genérica ou indiscriminada, mas de demanda concreta, mensurável e devidamente justificada.

**2.2.7.** Dessa forma, a aquisição de camas hospitalares motorizadas mostra-se tecnicamente adequada, socialmente necessária e economicamente justificada, constituindo solução assistencial compatível com as necessidades clínicas identificadas, com o planejamento da Secretaria Municipal de Saúde e com os princípios da eficiência, da dignidade da pessoa humana e do interesse público.

**2.2.8.** Assim, a presente contratação tem por finalidade dotar a rede municipal de saúde de equipamentos adequados e seguros, capazes de promover melhores condições de cuidado às crianças com microcefalia, assegurando suporte técnico aos cuidadores e fortalecendo a política municipal de atenção à saúde da pessoa com deficiência.

### **2.3. PREVISÃO NO PLANEJAMENTO:**

**2.3.1.** A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2026, número 2129, Classe/Grupo 119 – Fornecimento de Material Permanente, item 254, ID 06307102000130-0-000005/2026, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível através do link

<https://pncp.gov.br/app/pca/06307102000130/2026>, demonstrando-se, assim, o seu alinhamento com o planejamento da Administração, nos termos do inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/2021.

#### 2.4. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO:

2.4.1. O objeto, por sua natureza, admite aquisição por item, sem que isso afete o resultado ou a qualidade final do produto. Ademais, trata-se de contratação composta por item único, sendo a adjudicação por item a única forma aplicável.

2.4.2. Ressalta-se que o parcelamento ou não de uma contratação destina especial atenção à objetos que envolvam múltiplos itens, com vistas à ampliação da competitividade e à possibilidade de adjudicação por partes.

2.4.3. No presente caso, contudo, a contratação foi estruturada com apenas um item, correspondente à cama hospitalar motorizada, compreendida como um conjunto completo e devidamente especificado. Assim, a licitação será realizada por item, uma vez que inexistente pluralidade de objetos que permita qualquer forma de agrupamento.

2.5. Isso porque o conceito de agrupamento em lote pressupõe a existência de dois ou mais itens passíveis de reunião por estratégia administrativa, hipótese que não se verifica na presente contratação. Dessa forma, em razão da configuração da demanda como item único, a adjudicação será, necessariamente, integral a um único fornecedor).

#### JUSTIFICATIVA DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DE REFERÊNCIA

**2.5.1.** O Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 3037699/2026 consignou, em caráter **preliminar**, valor unitário estimado de R\$ 20.800,00 por cama hospitalar motorizada, totalizando R\$ 665.600,00, com a expressa ressalva de que o orçamento definitivo deveria ser consolidado no Termo de Referência, mediante nova pesquisa mercadológica, conforme disposto no item 8.2 do referido ETP.

**2.5.2.** Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso VI, e art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e no Decreto Municipal nº 60.155/2024, foi realizada atualização da pesquisa de preços na fase de elaboração do Termo de Referência, com base em contratações públicas similares registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na plataforma Banco de Preços.

#### **2.5.3.** A nova pesquisa considerou:

- valores contemporâneos ao momento da elaboração do TR;
- compatibilidade técnica entre os objetos comparados;
- regionalização dos preços, conforme realidade logística e econômica aplicável ao Município de São Luís/MA;
- homogeneidade da amostra, sem a identificação de valores extremos que distorcessem a série de preços.

**2.5.4.** Em decorrência dessa atualização, o valor unitário médio consolidado passou a ser de R\$ 21.974,80, resultando no valor global estimado de **R\$ 703.193,60 (setecentos e três mil, cento e noventa e três reais e sessenta centavos)**, para o quantitativo de 32 (trinta e duas) unidades, conforme demonstrado na Nota Técnica de Análise de Mercado e no Mapa de Apuração que integram os autos do processo administrativo.

**2.5.5.** Ressalta-se que a divergência entre o valor preliminar indicado no ETP e o valor de referência constante no Termo de Referência decorre exclusivamente da atualização formal da pesquisa de preços, realizada em observância ao princípio da vantajosidade, da economicidade e da seleção da proposta mais adequada à realidade do mercado no momento da deflagração do certame.

**2.5.6.** Dessa forma, o valor de **R\$ 703.193,60** constitui o orçamento estimado final e válido para fins licitatórios, estando devidamente fundamentado em pesquisa mercadológica atualizada, conforme exigido pela legislação vigente, não havendo inconsistência material entre os instrumentos de planejamento, mas sim evolução regular e justificada da estimativa de preços entre a fase preliminar (ETP) e a fase executiva (TR).

## 2.6. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**2.6.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

15901.1030202322.148.3.3.90.32.1500001002 vinculada à Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, destinada a ações de serviços ambulatoriais e hospitalares especializados na rede própria

**2.6.2.** A despesa está classificada no elemento 3.3.90.32 – Material de Distribuição Gratuita, sendo compatível com a natureza do objeto, considerando a destinação dos bens ao atendimento direto de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

**2.6.3.** O valor estimado da contratação, no montante de **R\$ 703.193,60 (setecentos e três mil, cento e noventa e três reais e sessenta centavos)**, encontra-se devidamente reservado por meio da Nota de Reserva nº 866/2026, assegurando a disponibilidade orçamentária para a execução da despesa.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**3.1.** Considerando a necessidade descrita nas primeiras linhas do Estudo Técnico Preliminar, a descrição da solução encontrada engloba os seguintes elementos:

**3.1.1.** A solução envolve a aquisição de camas hospitalares motorizadas, em quantitativo definido no Estudo Técnico Preliminar, destinadas a atender às necessidades assistenciais das crianças com microcefalia cadastradas e acompanhadas pela Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (CASPD), vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA, garantindo melhores condições de cuidado, segurança, conforto e qualidade da assistência prestada.

**3.1.1.1.** As camas hospitalares motorizadas deverão apresentar características técnicas e funcionais compatíveis com o uso assistencial, assegurando ergonomia, estabilidade, facilidade de manejo clínico e segurança do paciente, contemplando, no mínimo, estrutura adequada ao uso hospitalar, leito articulado em seções, sistema motorizado com controle remoto, posições assistenciais necessárias ao cuidado de pacientes com limitações motoras, grades laterais de proteção, rodízios com travamento, dimensões e capacidade compatíveis, bem como demais requisitos técnicos detalhados no Apêndice I deste Termo de Referência, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar.

**3.1.2.** A solução pressupõe a entrega dos equipamentos de forma integral e completa, devidamente acondicionados conforme a praxe do fabricante, garantindo sua integridade até a efetiva utilização, e rotulados de acordo com a legislação vigente e normas técnicas aplicáveis.

**3.1.3.** Esclarece-se que o objeto da presente contratação não contempla serviços de instalação técnica dos equipamentos, limitando-se ao fornecimento das camas hospitalares motorizadas, devidamente acondicionadas e aptas ao uso.

**3.1.4.** As camas hospitalares motorizadas deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde – SEMUS, localizado na Avenida Engenheiro Emiliano Macieira – BR 135, Km 06, Galpões 16, 17 e 18, CEP 65.095-602, bairro Maracanã, São Luís/MA, no horário compreendido entre 08h00 e 16h00, de segunda a sexta-feira, observadas as rotinas administrativas de recebimento e conferência.

**3.1.5.** A solução contempla a classificação do objeto como bem de natureza comum, tendo em vista que as camas hospitalares motorizadas são amplamente ofertadas no mercado fornecedor, possuem padrões de desempenho e características gerais semelhantes e permitem comparação objetiva entre as propostas, possibilitando a seleção pelo critério do menor preço, razão pela qual a contratação é passível de realização por meio de Pregão Eletrônico, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

**3.1.6.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, período suficiente para abranger o fornecimento, o recebimento definitivo e o cumprimento das demais obrigações contratuais.

**3.1.7.** A solução prevê a possibilidade de recusa dos bens entregues em desacordo com as especificações, bem como a substituição dos equipamentos rejeitados, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, assegurando o pleno atendimento às exigências técnicas e assistenciais da Administração.

**3.1.8.** Para o pleno funcionamento da solução, deverão ser observadas todas as demais exigências técnicas, operacionais e administrativas descritas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, especialmente aquelas relacionadas à garantia, recebimento e responsabilidades da contratada.

**3.1.9.** A solução, em conjunto com os demais elementos constantes do Estudo Técnico Preliminar, fornece a base técnica e administrativa necessária para a elaboração deste Termo de Referência e para a condução do processo licitatório, visando a aquisição eficiente e eficaz das camas hospitalares motorizadas necessárias à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís.

**3.1.10.** Assim, resta demonstrado de forma objetiva que a solução escolhida é a mais adequada para atender à Administração, sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência, em consonância com os entendimentos consolidados pelo Tribunal de Contas da União, notadamente no sentido de que, no planejamento das contratações, a Administração deve considerar conjunto representativo de soluções disponíveis no mercado, de modo a evitar direcionamento do certame e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa.

**3.1.11.** O Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde – SEMUS possui capacidade operacional, estrutural e logística suficiente para o recebimento, armazenamento temporário e distribuição simultânea das 32 (trinta e duas) camas hospitalares motorizadas objeto da presente contratação. Dessa forma, resta assegurada a viabilidade logística da entrega em lote único, sem prejuízo à integridade dos equipamentos, à rastreabilidade patrimonial e ao planejamento da distribuição assistencial, em conformidade com o cronograma e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

#### **4. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Nos termos do art. 27 do Decreto Municipal nº 62.276/2026, o Sistema de Registro de Preços – SRP será adotado, preferencialmente, nas hipóteses em que, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações frequentes; quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; quando houver necessidade de atendimento a mais de um órgão ou entidade; ou quando não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**4.2.** No caso em análise, verifica-se que a presente contratação não apresenta características que justifiquem a adoção do SRP, uma vez que o objeto possui quantitativo previamente definido, com previsão de entrega em parcela única, não havendo necessidade de contratações frequentes nem de aquisições sucessivas ao longo do tempo.

**4.3.** Ademais, não se trata de demanda com grau de incerteza quanto ao consumo, tampouco de contratação destinada ao atendimento simultâneo de múltiplos órgãos, afastando-se, portanto, as hipóteses que recomendam a utilização do SRP.

**4.4.** Diante do exposto, conclui-se pela não adoção do Sistema de Registro de Preços, devendo a contratação ser processada por meio de procedimento licitatório convencional..

#### **4.5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.5.1. REQUISITOS LEGAIS**

A presente contratação tem por base legal os seguintes dispositivos:

Lei nº 14.133/2021;

Decreto Municipal 60.155/2024;

Decreto Municipal 61.092/2024;

Decreto Municipal nº 62.276/2026

Lei nº 8.078/1990;

##### **4.5.2. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 13, INCISO I, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 60.155/2024):**

Na presente contratação não serão indicadas marcas.

##### **4.5.3. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS:**

Não serão exigidas amostras.

##### **4.5.4. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**

Não será exigida carta de solidariedade.

##### **4.5.5. CONSÓRCIO**

É admitida a participação de consórcios.

#### 4.5.6. SUBCONTRAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, com base no art. 122 da Lei 14.133/2021;

#### 4.5.7. GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista que, não se aplica a nenhuma hipótese prevista no inciso I do referido decreto.

**I.** sugerida para contratações de serviços de caráter pontual e continuado, fornecimento contínuo de bens ou em contratações de serviços de engenharia ou de obras que exponham a Administração Pública Municipal a riscos, com valor estimado superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

#### 4.6. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

**4.6.1.** Os principais impactos ambientais associados à aquisição e ao uso de camas hospitalares motorizadas estão relacionados, sobretudo, ao consumo de energia elétrica, ao descarte de equipamentos e componentes ao final de sua vida útil, bem como à substituição de peças e geração de resíduos decorrentes de manutenções corretivas, quando aplicável..

**4.6.1.1.** No que se refere ao descarte de equipamentos e componentes eletromecânicos, o manejo inadequado pode ocasionar riscos ambientais, tais como a contaminação do solo e da água por substâncias presentes em componentes eletrônicos, estruturas metálicas e materiais sintéticos.

**4.6.1.2.** Contaminação ambiental: o descarte impróprio de componentes elétricos, motores, placas eletrônicas e demais partes do equipamento pode resultar na liberação de substâncias potencialmente nocivas ao meio ambiente, com reflexos negativos à saúde humana e à fauna, especialmente quando destinados a locais não licenciados.

**4.6.1.3.** Embalagens e materiais de acondicionamento: as embalagens utilizadas no transporte e fornecimento dos equipamentos, quando não adequadamente gerenciadas, podem contribuir para o aumento do volume de resíduos sólidos, demandando práticas adequadas de reaproveitamento, reciclagem ou destinação final ambientalmente correta

**4.6.2.** O gerenciamento inadequado dos resíduos provenientes da substituição de peças, da manutenção ou da desativação dos equipamentos representa potencial impacto ambiental, razão pela qual devem ser observadas rigorosamente as normas aplicáveis ao Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e de resíduos eletroeletrônicos.

**4.6.3.** O descarte de resíduos e equipamentos inservíveis deverá observar as normas estabelecidas pelos órgãos ambientais e de vigilância sanitária, em especial a RDC nº 222, de 28 de março de 2018, da ANVISA, que dispõe sobre as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde, bem como a legislação ambiental correlata, exigindo a destinação por empresas licenciadas e ambientalmente habilitadas.

#### 4.6.4. IMPACTOS AMBIENTAIS:

**4.6.4.1.** Além dos aspectos técnicos inerentes à contratação, devem ser considerados os impactos ambientais associados à aquisição de camas hospitalares motorizadas, razão pela qual se estabelecem critérios e práticas voltados à mitigação de riscos ambientais, em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 8º, inciso XII, do Decreto Municipal nº 60.155/2024.

**4.6.4.2.** Destaca-se que as exigências relacionadas à regularidade sanitária das empresas fornecedoras, tais como Licença Sanitária válida e Autorização de Funcionamento (AFE), quando aplicável, bem como a observância das orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, constituem medidas indiretas de sustentabilidade, na medida em que asseguram que os fornecedores adotem práticas compatíveis com a legislação ambiental e sanitária vigente.

**4.6.4.3.** Ressalta-se, ainda, que a exigência de conformidade com a RDC nº 222, de 28 de março de 2018, da ANVISA, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, demonstra o compromisso com a adoção de práticas sustentáveis por parte das empresas, especialmente no que se refere ao manejo adequado de resíduos decorrentes de suas atividades.

**4.6.4.4.** No que se refere aos possíveis impactos ambientais associados à contratação, destaca-se que o descarte inadequado de equipamentos hospitalares ou de seus componentes ao final de sua vida útil pode resultar em contaminação do solo e da água, em razão da presença de materiais eletromecânicos e sintéticos.



Nesse sentido, deverão ser observadas práticas ambientalmente adequadas para o descarte, incluindo a destinação por empresas licenciadas, bem como o incentivo à reciclagem e reutilização de materiais, sempre que possível.

**4.6.4.5.** Adicionalmente, a operação dos equipamentos poderá implicar consumo de energia elétrica, ainda que em níveis moderados, contribuindo indiretamente para impactos ambientais relacionados à geração de energia. Como medida mitigadora, deverá ser incentivada a aquisição de equipamentos com maior eficiência energética, bem como a adoção de práticas de uso racional de energia.

**4.6.4.6.** No que tange à manutenção e substituição de peças, o descarte inadequado de componentes substituídos pode gerar resíduos com potencial impacto ambiental. Dessa forma, a contratada deverá adotar procedimentos ambientalmente responsáveis para a substituição e destinação desses materiais, priorizando a reutilização, reciclagem ou descarte ambientalmente adequado, em conformidade com a legislação vigente.

**4.6.4.7.** Por fim, o manejo dos resíduos sólidos eventualmente gerados ao longo do ciclo de vida dos equipamentos deverá observar, no que couber, as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010), garantindo a adequada segregação, acondicionamento, transporte e destinação final, de modo a preservar o meio ambiente e prevenir riscos à saúde pública.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**5.1.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**5.1.1.1.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

**5.1.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

**5.1.1.3.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**5.1.1.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**5.1.1.5.** Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados

**5.1.1.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**5.1.1.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

**5.1.1.8.** Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**5.1.1.9.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**5.1.1.10.** Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

**5.1.1.11.** Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

**5.1.1.12.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

**5.1.1.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

**5.1.1.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.1.1.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**5.2.1.** São obrigações do Contratante:

**5.2.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o termo de referência e seus anexos.

**5.2.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**5.2.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**5.2.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**5.2.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

**5.2.1.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

**5.2.1.7.** Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**5.2.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**5.2.1.8.1.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**5.2.1.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**5.2.1.10.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**5.2.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **5.3. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**5.3.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.;

**5.3.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**5.3.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**5.3.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**5.3.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**5.3.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**5.3.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**5.3.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**5.3.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**5.3.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**5.3.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**5.3.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**5.3.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **5.4. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**5.4.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- e) fraudar a licitação.
- f) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**5.4.2.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- g) der causa à inexecução parcial do contrato;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- i) der causa à inexecução total do contrato;
- j) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- k) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- l) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- m) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

n) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**5.4.3.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência

II. Multa:

a. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

b. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo **5% (cinco por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b . 1 . O atraso superior a **30 dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021

c. compensatória de **5% (cinco por cento )**, sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III. Impedimento de licitar e contratar

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

**5.4.4.** A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**5.4.5.** Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**5.4.5.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**5.4.5.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**5.4.5.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**5.4.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**5.4.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**5.4.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**5.4.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do

direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**5.4.10.** O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**5.4.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**5.4.12.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **6.6. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

**6.6.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **6.7. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**6.7.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.7.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**6.7.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**6.7.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**6.7.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.7.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## **6.8. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**6.8.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.8.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**6.8.3.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **6.9. GESTOR DO CONTRATO**

**6.9.1.** Cabe ao gestor do contrato:

**6.9.1.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.9.1.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.9.1.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.9.1.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.9.1.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.9.1.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.9.1.7.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. LIQUIDAÇÃO:**

**7.1.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.

**7.1.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e

**f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.1.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

## **7.2. PRAZO DE PAGAMENTO:**

**7.2.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto nesse instrumento.

**7.2.2.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula.

N= Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento. VP= Valor da Parcela em atraso.

## **7.3. FORMA DE PAGAMENTO**

**7.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.3.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.3.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7.4. DO REAJUSTE**

**7.4.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**7.4.2.** Após o interregno de um ano, à pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.4.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.4.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.4.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma

não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.4.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.4.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**8.1.1.** Será adotado o critério de MENOR PREÇO por item para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

**8.1.2.** No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel

cumprimento pelo Fornecedor.

**8.1.3.** Será adotado o modo de disputa ABERTO / FECHADO.

**8.1.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 ( um centavo ).

**8.1.5.** Da Cota Reservada para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: Fica estabelecido que o Item 2, correspondente a 08 (oito) unidades, constitui-se como cota reservada para participação exclusiva de Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e da regulamentação municipal aplicável.

**8.1.5.1.** A adjudicação do referido item observará o critério de julgamento pelo menor preço, assegurada a competitividade entre as licitantes enquadradas como ME/EPP, mantidas as mesmas especificações técnicas, condições de fornecimento, prazos, garantias e exigências previstas para os demais itens do certame.

**8.1.5.2.** Na hipótese de ausência de propostas válidas de ME/EPP ou de inexecuibilidade dos preços ofertados, o Item 2 poderá ser adjudicado às demais licitantes, na forma da legislação vigente, mediante decisão motivada da Administração.

#### **8.1.6. Da apresentação da proposta**

**8.1.6.1.** As licitantes deverão apresentar:

**8.1.6.1.1.** Catálogos e material(is) ilustrativo(s) original(is) ou cópia(s) em português, referente(s) ao(s) modelo(s) ofertado(s), comprobatório(s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>.) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto..

**8.1.6.1.2.** Comprovação da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através de cópia do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento, ou ainda, se for o caso, comprovação de que o produto não está sob controle sanitário. Caso o registro esteja vencido, a empresa deverá apresentar cópia do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360/1976.

## **9. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO**



## 9.1. QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

**9.1.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.1.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.1.3.** Certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**9.1.4.** Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

**9.1.5.** Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

**9.1.6.** CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, dentro do seu prazo de validade.

**9.1.7.** CNDT – Certidão de Negativa de Débito Trabalhista.

**9.1.8.** Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

**9.1.9.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

### QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**9.1.10.** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

**9.1.10.1.** Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

**9.1.11.** **Balanco Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais** apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

**9.1.12.** Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**9.1.13.** As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

**9.1.14.** As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

**9.1.15.** Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

**a) Índice de Liquidez Geral ( $\geq 1,00$ ):**

**LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante**

**b) Índice de Liquidez Corrente ( $\geq 1,00$ ):**

**Ativo Circulante Passivo Circulante**

### c) Índice de Solvência Geral ( $\geq 1,00$ ):

**Ativo Total**

**Passivo Circulante + Passivo Não Circulante**

**9.1.16.** Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

**9.1.17.** As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

**9.1.18.** O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

**9.1.19.** Para a presente licitação, verificou-se que os três índices econômicos, acima relacionados, estabelecidos em patamares aceitáveis, são os mais apropriados para avaliar a capacidade do licitante de executar o contrato, de acordo com o disposto no caput do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, e na Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União (TCU), sem representar risco algum ao caráter competitivo do certame, sendo os mais usualmente adotados, visto que se complementam. Assim, será exigido dos participantes os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação do balanço patrimonial.

## 9.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**9.2.1.** Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá apresentar documentação apta a comprovar que possui capacidade e regularidade técnico-sanitária compatíveis com o objeto desta contratação, mediante:

**9.2.1.1. Licença Sanitária Estadual ou Municipal válida**, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária competente e compatível com o objeto licitado. Caso a Licença Sanitária esteja vencida, será aceita cópia legível do protocolo de revalidação, acompanhada da cópia da licença expirada. Alternativamente, a exigência poderá ser dispensada mediante comprovação inequívoca de isenção da atividade perante a Vigilância Sanitária competente, por meio de documento oficial.

**9.2.1.2. Autorização de Funcionamento (AFE)** concedida pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**, quando aplicável à atividade exercida pela licitante. A validação da AFE dar-se-á mediante cópia legível de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU) ou cópia eletrônica obtida diretamente do portal da ANVISA. Alternativamente, a exigência poderá ser dispensada mediante apresentação de documento oficial emitido pela ANVISA ou previsão normativa específica que comprove inequivocamente a dispensa para a atividade desempenhada.

**9.2.2.** A principal justificativa para a exigência da Licença Sanitária e, quando aplicável, da AFE/ANVISA, na aquisição de camas hospitalares motorizadas destinadas ao atendimento de crianças com microcefalia, é assegurar que o futuro contratado atue em conformidade com as normas de vigilância sanitária, garantindo que o fornecimento decorra de empresa regularmente constituída e autorizada para o exercício de atividade correlata ao objeto, com padrões mínimos de segurança, rastreabilidade e controle sanitário;

**9.2.3.** O objetivo é salvaguardar a Administração Pública (e, por extensão, os pacientes e cuidadores) contra a contratação de fornecedores sem regularidade sanitária ou sem condições técnicas de fornecimento, reduzindo riscos de irregularidades na entrega, inadequação do produto, falhas de suporte no período de garantia e inconformidades que possam comprometer a segurança do usuário e a efetividade assistencial do equipamento..

**9.2.4.** As justificativas detalhadas incluem:

**9.2.4.1. Conformidade sanitária e legal da atividade:** a Licença Sanitária e a AFE (quando aplicável) demonstram que a licitante se submete ao controle da Vigilância Sanitária e atende requisitos mínimos regulatórios para operar, comercializar e fornecer bens destinados ao ambiente assistencial.

**9.2.4.2. Mitigação de riscos ao interesse público:** a comprovação de regularidade sanitária reduz a probabilidade de fornecimento de bens sem procedência adequada, sem rastreabilidade, ou em

desconformidade com padrões de segurança, com potencial risco à saúde e ao erário.

**9.2.4.3. Segurança jurídica e contratual:** a exigência fortalece a segurança do contrato, prevenindo situações que gerem paralisações, recusas no recebimento, necessidade de substituição por vício de procedência e outras ocorrências que impliquem atrasos e custos adicionais, além de reduzir a probabilidade de contratação de empresa “aventureira”.

**9.2.4.4. Aderência ao ETP e às boas práticas de governança:** as exigências estão alinhadas às cautelas apontadas no Estudo Técnico Preliminar e às orientações de boas práticas aplicáveis às contratações públicas na área da saúde, promovendo maior confiabilidade no fornecimento e na fase de execução contratual, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações de garantia.

**9.2.5.** Diante do exposto, justifica-se a exigência de **Licença Sanitária** e, quando aplicável, de **AFE/ANVISA**, como documentos indispensáveis à habilitação técnica, por se tratarem de medidas proporcionais e adequadas à natureza do objeto, com foco na mitigação de riscos sanitários e na proteção do interesse público, em conformidade com o planejamento técnico previamente formalizado no ETP e com a legislação de regência das contratações públicas.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**10.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 703.193,60 (setecentos e três mil, cento e noventa e três reais e sessenta centavos)** apostos no Apêndice I.

11. DOS APÊNDICES

**11.1.** Integra este termo de referência:

**APÊNDICE I** – Planilha Descritiva e Orçamentária.

São Luís, 22 de abril de 2026.

<b>Elaborador:</b>	<b>Ciente:</b>
<b>Maria Beatriz Rodrigues Dias</b> Consultora de Compras/SUMAPA Matrícula: 70706	<b>Diego de Jesus Abreu Mota</b> Coordenador de Compras e Registro SUMAPA Matrícula: 48.111

**APÊNDICE I - Planilha Descritiva e Orçamentária.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	---------	-------	----------------	-------------

1	<p><b>CAMA HOSPITALAR</b>  <b>MOTORIZADA</b>, com as características mínimas: estrutura da base confeccionada em aço carbono com tubo retangular de, no mínimo, 50 x 30 mm e leito em chapa de aço carbono, de no mínimo 1,2 mm de espessura, dividido em 4 (quatro) partes, com acabamento do aço em pintura eletrostática a pó de secagem em estufa. Base, grades laterais, cabeceira e peseira em termoplástico. Com 2 (dois) pares de grades laterais independentes e retráteis, para dorso e pernas. Deve possuir, no mínimo, 4 (quatro) motores independentes, com acionamento por controle remoto, proporcionando, no mínimo, os seguintes movimentos: fowler, semi-fowler, sentado, flexão de pernas, Trendelemburg, reverso de Trendelemburg, elevação de altura, retração, posição de poltrona/cadeira cardíaca, posição vascular. Deve possuir 4 (quatro) rodízios de, no mínimo, 5 polegadas. Dimensões aproximadas: Altura mínima: 645 mm; Altura máxima: 845 mm; Comprimento externo: 2211 mm; Comprimento do leito: 1925 mm; Largura do leito: 875 mm; Largura externa com grades elevadas: 1004 mm. Capacidade: até 200 kg. Tensão: 220V ou bivolt automático. Deve acompanhar colchão em espuma de poliuretano selada, densidade D28, revestimento em plástico 100% policloreto de vinila (PVC), com gramatura de, no mínimo, 350 g/m², impermeável e tratamento antiácido e antibacteriano aplicados tanto na espuma quanto no revestimento, dimensões compatíveis com o tamanho do leito. Deve possuir registro na ANVISA. Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p>	467637	UND	24	R\$ 21.974,80	R\$ 527.395,20
---	---	--------	-----	----	------------------	-------------------

2	<p><b>CAMA HOSPITALAR</b>  <b>MOTORIZADA</b>, com as características mínimas: estrutura da base confeccionada em aço carbono com tubo retangular de, no mínimo, 50 x 30 mm e leito em chapa de aço carbono, de no mínimo 1,2 mm de espessura, dividido em 4 (quatro) partes, com acabamento do aço em pintura eletrostática a pó de secagem em estufa. Base, grades laterais, cabeceira e peseira em termoplástico. Com 2 (dois) pares de grades laterais independentes e retráteis, para dorso e pernas. Deve possuir, no mínimo, 4 (quatro) motores independentes, com acionamento por controle remoto, proporcionando, no mínimo, os seguintes movimentos: fowler, semi-fowler, sentado, flexão de pernas, Trendelemburg, reverso de Trendelemburg, elevação de altura, retração, posição de poltrona/cadeira cardíaca, posição vascular. Deve possuir 4 (quatro) rodízios de, no mínimo, 5 polegadas. Dimensões aproximadas: Altura mínima: 645 mm; Altura máxima: 845 mm; Comprimento externo: 2211 mm; Comprimento do leito: 1925 mm; Largura do leito: 875 mm; Largura externa com grades elevadas: 1004 mm. Capacidade: até 200 kg. Tensão: 220V ou bivolt automático. Deve acompanhar colchão em espuma de poliuretano selada, densidade D28, revestimento em plástico 100% policloreto de vinila (PVC), com gramatura de, no mínimo, 350 g/m², impermeável e tratamento antiácido e antibacteriano aplicados tanto na espuma quanto no revestimento, dimensões compatíveis com o tamanho do leito. Deve possuir registro na ANVISA. Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p>	467637	UND	8	R\$ 21.974,80	R\$ 175.798,40
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 703.193,60</b>	



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Maria Beatriz Rodrigues Dias, Administrativo**, em 22/04/2026, às 17:12, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Diego De Jesus Abreu Mota, Coordenador**, em 22/04/2026, às 17:35, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **3766577** e o código CRC **0389F600**.

Processo nº: 15901.039694/2025

Documento nº: 3766577v3 - SEMUS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS  
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 90.026/2026/ – CPL/PMSL

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo (a) Srº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, telefone/WhatsApp \_\_\_\_\_, interessada na \_\_\_\_\_, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas no Termo de Referência, propõe à \_\_\_\_\_, de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	XXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXX XXX	XXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXXXXX
(...)						
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$						XXXXX

1. VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);
2. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA: de acordo com o *Termo de Referência*;
3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: conforme *Termo de Referência*;
4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:
5. DADOS BANCÁRIOS:
  - Banco:
  - Código:
  - Agência:
  - Conta Corrente:
  - CPF/CNPJ:
  - Nome/Razão Social:
6. DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:
  - Nome completo:
  - Endereço:
  - RG / CPF:
  - Cargo / Função:
  - Telefone/WhatsApp (atualizado):
  - E-mail (atualizado):

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Representante Legal da Empresa



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

**Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 3037699/2026 - SEMUS**

**São Luís - MA, 09 de janeiro de 2026**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA FORNECIMENTO DE CAMA HOSPITALAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRIANÇAS COM MICROCEFALIA CADASTRADAS NA COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUÍS/SEMUS**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:**

**Órgão/Setor Requisitante:** Secretaria Municipal de Saúde/Superintendência de Assistência à Rede de Saúde.

**Processo SEI nº:** 15901.039694/2025

**2. INTRODUÇÃO:**

2.1 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

2.2 O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 8º, inciso I, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso I, da Lei nº. 14.133/2021):**

3.1 Tendo em vista a atual necessidade de fornecimento de camas hospitalares, que se demonstram essenciais para atender às necessidades específicas das crianças com microcefalia, cadastradas na Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (CASPD), vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/SEMUS.

3.2 A necessidade de contratação é intrinsecamente ligada às graves consequências clínicas e funcionais da microcefalia, frequentemente associada a déficits neurológicos severos e persistentes, como a paralisia cerebral com alto grau de dependência motora.

3.3 A ausência de equipamentos adequados no ambiente domiciliar compromete a segurança e a saúde dessas crianças, que não possuem controle postural e necessitam de mudanças constantes de decúbito. O uso de



camas comuns ou superfícies inadequadas contribui diretamente para o alto risco de formação de lesões por pressão, complicações pulmonares decorrentes da falta de posicionamento e o agravamento de deformidades osteomusculares, como contraturas e escolioses.

3.4 Além das necessidades posturais, estas crianças enfrentam frequentemente disfagia e refluxo gastroesofágico, tornando a posição de fowler ou semi-fowler (elevação do tronco) obrigatória durante a alimentação e após as refeições para prevenir a broncopneumonia aspirativa, uma complicação potencialmente fatal. A cama hospitalar articulada é o único equipamento que permite garantir essa elevação de forma segura e estável, apoiando o tratamento integral e a qualidade de vida.

3.5 Adicionalmente, o contexto social em São Luís revela que a maioria dos cuidadores são familiares, muitas vezes idosos, que sofrem com a sobrecarga física e o risco de lesões osteomusculares crônicas causadas pela necessidade de manusear os pacientes em camas baixas e sem recursos de articulação. O fornecimento de camas com altura ajustável é, portanto, uma medida de saúde pública que visa reduzir o adoecimento dos cuidadores e garantir a sustentabilidade do cuidado domiciliar.

3.6 Vale ressaltar que a utilização de material permanente adequado é um requisito fundamental para o cumprimento das normas e regulamentações de saúde estabelecidas por órgãos reguladores, como a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Portanto, é imperativo investir em tecnologia para atender às necessidades da população e proporcionar cuidados de saúde de excelência.

3.7 A Constituição Federal definiu que “a saúde é direito de todos e dever do Estado” e a Lei Federal n. 8.080/1990, que regulamentou o SUS, prevê em seu Artigo 7º, como princípios do sistema, entre outros:

- I – universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e dos serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em todos os níveis de complexidade do sistema.

3.8 Cabe ao Gestor Municipal prover as condições necessárias para o atendimento à saúde de sua população, onde o mesmo organizou seus equipamentos de saúde distribuídos nos distritos sanitários que compõem o Município de São Luís, com o intuito de qualificar e ampliar o acesso universal, as ações e serviços de saúde, em tempo oportuno, contribuindo assim para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população ludovicense.

3.9 A Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/SEMUS possui como objetivo prestar assistência à comunidade na área de saúde em todos os níveis de complexidade, de forma universalizada e igualitária, tendo como responsabilidade oferecer assistência segura, ágil, prática, atualizada e de qualidade ao seu usuário, respeitando-se as exigências legais, de modo a proporcionar atendimento seguro e de qualidade, facilitando assim a atuação dos diversos profissionais e proporcionando condições favoráveis de trabalho.

3.10 Diante do exposto é imprescindível **o fornecimento de camas hospitalares para fornecimento às crianças com microcefalia, considerando que a falta destes compromete a qualidade de vida dos pacientes e seus cuidadores.**

#### **4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 8º, inciso II, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021):**

4.1 A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2026, número 2129, ID 06307102000130-0-000005/2026, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível através do link <https://pncp.gov.br/app/pca/06307102000130/2026>, demonstrando-se, assim, o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 8º, inciso III, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº. 14.133/2021):**

##### **5.1 Da apresentação das propostas**

5.1.1 Catálogos e material(is) ilustrativo(s) original(is) ou cópia(s) em português, referente(s) ao(s) modelo(s) ofertado(s), comprobatório(s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>.) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

5.1.2 Comprovação da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através de cópia do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento, ou ainda, se for o caso, comprovação de que o produto não está sob controle sanitário. Caso o registro esteja vencido, a empresa deverá apresentar cópia do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360/1976.

##### **5.2 Da Qualificação Técnica**

5.2.1 Licença Sanitária Estadual ou Municipal válida, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária e compatível com o objeto licitado. Se a licença estiver vencida, será aceita cópia legível do protocolo de revalidação acompanhada da cópia da licença expirada. Alternativamente, a exigência da licença pode ser dispensada mediante a apresentação de comprovação inequívoca de que a atividade do licitante é isenta de tal exigência perante a Vigilância Sanitária competente.

5.2.2 Autorização de Funcionamento (AFE), concedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A validação da AFE dar-se-á por meio de cópia legível de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU) ou cópia eletrônica obtida diretamente do portal da ANVISA. Alternativamente, a exigência da AFE poderá ser dispensada mediante a apresentação de documento oficial emitido pela ANVISA ou legislação específica que comprove inequivocamente a dispensa de tal autorização para a atividade exercida pelo licitante.

##### **5.3 Da entrega e critérios de aceitação do objeto**

5.3.1 O fornecimento deverá ser efetuado para a Secretaria Municipal de Saúde/SEMUS, com prazo de entrega de 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento, de forma total, de acordo

com a necessidade do setor competente.

5.3.2 Os materiais devem ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde - SEMUS, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira - BR 135, Km 06 - Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-602 - Maracanã - São Luís / MA, obedecendo ao horário de entrega, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 16:00h.

5.3.3 A empresa deverá substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega de materiais empregados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da convocação da Secretaria de Municipal de Saúde, podendo haver dilatação deste prazo nos casos em que ficar comprovada impossibilidade real de cumprimento, conforme análise e definição do fiscal do contrato.

5.3.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, por responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, e definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório, mediante atesto da Nota Fiscal, após verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação.

#### **5.4 Da Amostra**

5.4.1 Não será exigido do licitante, que apresente amostra (s) do (s) item (ns).

#### **5.5 Das condições de garantia e assistência técnica**

5.5.1 Será exigida prestação de assistência técnica durante todo o período de garantia dos equipamentos, incluindo-se todas as manutenções corretivas e quaisquer outros procedimentos recomendados pelo fabricante, com o intuito de garantir o atendimento dos requisitos de segurança mínima e desempenho essencial.

5.5.2 O (s) produto (s) a ser(em) entregue (s) deverá (ão) ter garantia conforme estabelecido na descrição dos itens, constantes na planilha do APÊNDICE I, a contar da data de recebimento e sua aceitação definitiva, devidamente atestada pelo setor competente da SEMUS/MA, quais sejam: Garantia mínima de 12 (doze) meses.

5.5.3 Caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta condição, a licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo tempo restante.

5.5.4 Caso os produtos percam suas características ou deteriorem-se, e, estando este (s) dentro do prazo da garantia, assim como em condições normais de estocagem, uso e manuseio, deverão ser substituídos, ficando por conta e ônus da CONTRATADA todas as despesas decorrentes para a efetivação da troca.

5.5.5 Todas as providências para substituição de materiais defeituosos deverão ser adotadas pela CONTRATADA, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, contado a partir da data de notificação pelo responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

## **5.6 Das condições de Treinamento**

5.6.1 A CONTRATADA deverá realizar apresentação do equipamento, bem como o treinamento operacional aos profissionais da CONTRATANTE. Os treinamentos deverão ser realizados em datas e horários programados entre a CONTRATADA e a equipe designada pela CONTRATANTE, cabendo às mesmas definirem os profissionais que participarão do treinamento. O treinamento deverá ser realizado no período da manhã e/ou tarde, nos locais e horários pré-definidos.

## **5.7 Do Manual**

5.7.1 A CONTRATADA deverá fornecer manual técnico, em português, compreendendo todos os dados para o seu correto manuseio.

## **5.8 Critérios e Práticas de Sustentabilidade**

5.8.1 Deverão ser observadas e adotadas as previsões da RDC nº 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

## **5.9 Da vigência do Contrato**

5.9.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, conforme artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

5.9.2 Justifica-se a aquisição de bens não continuados, nos termos da Lei nº 14.133/2021, devido a necessidade de atender a demandas específicas de forma eficiente e econômica. Essa prática não só permite uma melhor alocação de recursos públicos, como também garante flexibilidade, agilidade e qualidade na prestação de serviços à população. Portanto, a aquisição de bens não continuada deve ser vista como uma estratégia vital para o cumprimento das responsabilidades da Administração Pública.

## **5.10 Das condições de guarda e armazenamento**

5.10.1 Os produtos devem apresentar nos rótulos todas as informações, em língua portuguesa, de dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade.

5.10.2 Os produtos deverão ser acondicionados conforme praxe do fabricante garantindo sua integridade até o uso, rotulado de acordo com a legislação vigente.

5.10.3 As embalagens devem efetivamente proteger seu conteúdo contra choques, intempéries, ação de luz, poeira e umidade.

## **5.11 Do uso do Sistema de Registro de Preços**

5.11.1 Para a seleção do fornecedor, a modalidade de Pregão Eletrônico é a mais adequada para a aquisição de bens comuns, por ser mais célere e garantir a máxima competitividade, o que contribui diretamente para a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

5.11.2 Ressalta-se que a presente aquisição será processada sem a adoção do sistema de registro de preços (SRP). Tal decisão é expressamente justificada, conforme exigência do Decreto nº 60.155/2024, pela natureza da demanda: o interesse desta Administração é obter o fornecimento da totalidade dos equipamentos em volume único e imediato, caracterizando-se como uma contratação por escopo definido. Portanto, não há qualquer previsão ou conveniência em manter um registro de preços para contratações futuras, incertas, parceladas ou para eventual adesão de terceiros, pois a aquisição visa sanar a necessidade de forma pontual e completa.

**6 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (art. 8º, inciso IV, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei nº. 14.133/2021):**

6.1 A estimativa de camas hospitalares, descrita na tabela abaixo, foi baseada no quantitativo de pacientes com microcefalia cadastrados e acompanhados através da Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD.
01	631465	<b>CAMA HOSPITALAR MOTORIZADA, com as características mínimas:</b> estrutura da base confeccionada em aço carbono com tubo retangular de, no mínimo, 50 x 30 mm e leito em chapa de aço carbono, de no mínimo 1,2 mm de espessura, dividido em 4 (quatro) partes, com acabamento do aço em pintura eletrostática a pó de secagem em estufa. Base, grades laterais, cabeceira e peseira em termoplástico. Com 2 (dois) pares de grades laterais independentes e retráteis, para dorso e pernas. Deve possuir, no mínimo, 4 (quatro) motores independentes, com acionamento por controle remoto, proporcionando, no mínimo, os seguintes movimentos: fowler, semi-fowler, sentado, flexão de pernas, Trendelemburg, reverso de Trendelemburg, elevação de altura, retração, posição de poltrona/cadeira cardíaca, posição vascular. Deve possuir 4 (quatro) rodízios de, no mínimo, 5 polegadas. Dimensões aproximadas: Altura mínima: 645 mm; Altura máxima: 845 mm; Comprimento externo: 2211 mm; Comprimento do leito: 1925 mm; Largura do leito: 875 mm; Largura externa com grades elevadas: 1004 mm. Capacidade: até 200 kg. Tensão: 220V ou bivolt automático. Deve acompanhar colchão em espuma de poliuretano selada, densidade D28, revestimento em plástico	UND.	32

		100% policloreto de vinila (PVC), com gramatura de, no mínimo, 350 g/m <sup>2</sup> , impermeável e tratamento antiácido e antibacteriano aplicados tanto na espuma quanto no revestimento, dimensões compatíveis com o tamanho do leito. Deve possuir registro na ANVISA. Garantia mínima de 12 (doze) meses.		
--	--	--	--	--

## **7 LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 8º, inciso V, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº. 14.133/2021):**

7.1 O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis para atendimento da demanda. No que concerne aos itens relacionados neste Estudo Técnico Preliminar, o mercado oferece regularmente oferta a estes insumos, com grande diversidade de fabricantes e potenciais fornecedores. Portanto, diversas empresas podem atender ao objeto pretendido, por se tratar de itens de natureza comum, disponíveis no mercado.

7.2 Para a contratação em tela, foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas (<https://pncp.gov.br>), bem como pregões realizados anteriormente por esta Secretaria. Assim, vislumbrou-se 02 (duas) alternativas possíveis para atender o objeto da contratação, a saber:

- Solução 1 – Locação;
- Solução 2 - Aquisição.

7.3 Da análise: A Lei 14.133/2021 estabelece princípios como a eficiência, a economicidade e a busca pela melhor técnica como norteadores das contratações públicas. A escolha entre a aquisição e a locação deve, portanto, estar alinhada a esses preceitos, considerando o benefício para a administração pública.

7.4 Vantagens da Solução 1: A locação oferece flexibilidade financeira, possibilitando a distribuição dos custos ao longo do tempo. Além disso, permite a atualização do equipamento sem a necessidade de novo investimento, mantendo a instituição sempre alinhada às inovações tecnológicas. Ao optar pela locação, a responsabilidade pela manutenção e atualização tecnológica recai sobre o fornecedor, aliviando a instituição de encargos diretos relacionados a esses aspectos.

7.5 Vantagens da Solução 2: A aquisição das camas hospitalares torna o item como patrimônio municipal para posterior cessão ou doação de uso às famílias. As vantagens cruciais da aquisição são a garantia da posse e uso permanente do equipamento, essencial para o suporte contínuo no ambiente domiciliar, e a ausência de custo recorrente após o pagamento inicial. Além disso, para bens com longa vida útil e de necessidade permanente, o custo total é mais vantajoso a longo prazo se comparado ao somatório de aluguéis ao longo de vários anos.

7.6 Escolha: Opta-se pela Solução 2, pois a avaliação de custo-benefício deve levar em conta não apenas os custos iniciais, mas também os custos operacionais ao longo do tempo, na busca pela solução mais eficiente e econômica, alinhada aos princípios da Lei 14.133/2021.

7.7 Com base na análise das vantagens e no contexto específico do objeto, a aquisição é a solução de mercado que melhor atende à necessidade. O fornecimento de camas hospitalares visa a melhoria permanente da qualidade de vida e segurança no ambiente domiciliar, o que exige um equipamento para uso duradouro e ininterrupto. A locação imporia um custo recorrente significativo e seria financeiramente desvantajosa a longo prazo. Portanto, a aquisição garante a estabilidade necessária no cuidado, otimiza o uso dos recursos públicos e assegura que os equipamentos permaneçam à disposição das famílias pelo tempo que for necessário.

7.8 Isso posto, buscou-se identificar fornecedores aptos e soluções disponíveis, bem como obter informações sobre preços e condições comerciais. A pesquisa foi realizada por meio de diversas fontes e metodologias, visando garantir a obtenção da melhor solução para a necessidade e de proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**7.8.1 Pesquisa em portais de compras governamentais:** Análise de atas de registro de preços e contratos anteriores celebrados pela Administração Pública Federal, Estadual e Municipal em sistemas como o [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br).

**7.8.2 Pesquisa em sites especializados e de comércio eletrônico:** Busca por preços de referência em plataformas de e-commerce e sites de fabricantes reconhecidos.

**7.8.3 Análise de catálogos e especificações técnicas:** Avaliação das características e funcionalidades de diferentes modelos de camas hospitalares.

7.9 O mercado desses materiais oferece uma variedade de modelos, que se diferenciam principalmente em relação ao material, peso suportado, quantidade de movimentações e tipo de acionamento (manual ou motorizada).

7.10 Assim, a definição do tipo de cama hospitalar é essencial para atender adequadamente às necessidades das crianças com microcefalia e seus cuidadores no ambiente domiciliar. A análise considerou dois tipos de equipamentos:

**7.10.1 Cama Hospitalar Manual (Manivela):** A principal vantagem da cama manual reside no seu custo inicial mais baixo e na sua simplicidade de uso, visto que não depende de energia elétrica. É uma solução adequada para pacientes com necessidades de movimentação e posicionamento menos complexas ou para uso por períodos muito limitados, pois seus ajustes de altura e posições (dorso e pernas) são feitos inteiramente por meio de manivelas acionadas pelo cuidador.

**7.10.2 Cama Hospitalar Motorizada (Elétrica/Controle):** As camas motorizadas oferecem uma série de vantagens focadas na segurança, conforto e facilidade de manejo. A principal característica é a capacidade de realizar todos os ajustes de posição (dorso, pernas, flexão de pernas e, crucialmente, a elevação de leito) de forma rápida, suave e precisa, utilizando um controle remoto. Isso proporciona maior conforto ao paciente e minimiza a necessidade de esforço físico.

7.11 Em face das necessidades específicas das crianças com microcefalia, a opção escolhida é a **Cama Hospitalar Motorizada**. Esta decisão é mandatória devido à gravidade e cronicidade das limitações motoras e neurológicas desses pacientes. As crianças demandam mudanças de posição muito frequentes para prevenção de lesões por pressão (escaras) e para facilitar o manejo clínico (ex: posicionamento Fowler para alimentação, Trendelenburg para drenagem postural). A movimentação manual constante, exigida pelas camas de manivela, seria uma fonte de sobrecarga física e de lesões por esforço repetitivo para o cuidador familiar, que realiza esta tarefa inúmeras vezes ao dia, por muitos anos.

7.12 A motorização garante que estas manobras sejam executadas de forma ergonômica, permitindo que o cuidador mantenha a cama na altura ideal para as atividades diárias (elevação de leito), como higiene e alimentação. Assim, a Cama Hospitalar Motorizada não só eleva o padrão de conforto e segurança da criança, mas também se torna uma ferramenta essencial para a saúde e a qualidade de vida do cuidador principal no ambiente domiciliar.

7.13 A pesquisa identificou que o mercado oferece regularmente oferta a estes materiais, com grande diversidade de fabricantes e potenciais fornecedores, como pode ser averiguado através do documento anexo, que serviu para subsidiar a estimativa preliminar de preço, em consonância com a economicidade e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração. Portanto, pode-se observar que diversas empresas podem atender ao objeto pretendido, por se tratar de itens de natureza comum, disponíveis no mercado.

7.14 Acrescentado a isso, verifica-se que a Administração Pública, em geral, procede à aquisição de camas hospitalares, para atendimento de suas necessidades, por meio de **Pregão Eletrônico** devido a necessidade de assegurar a seleção da proposta mais vantajoso para a Administração Pública, tratamento isonômico entre os licitantes e evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturados, conforme Art. 11º, da Lei 14.133/2021.

**8 ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO (art. 8º, inciso VI, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei 14.133/21):**

8.1 A estimativa preliminar de preço visa a escolha da melhor solução para a contratação e a análise de sua viabilidade, desta forma realizou-se pesquisas em pregões realizados por outras instituições (<https://pncp.gov.br>). Tais valores estão demonstrados na tabela abaixo.

8.2 Ressaltamos, porém, que o orçamento estimativo final para esta nova contratação deverá compor o Termo de Referência através de nova pesquisa mercadológica considerando os ajustes de mercado.

ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL	REFERÊNCIA
01	CAMA HOSPITALAR MOTORIZADA	UND.	32	R\$ 20.800,00	665.600,00	<a href="#">2967396</a>

**9 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 8º, inciso VII, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso VII, da Lei 14.133/21):**

9.1 A solução sugerida é a aquisição de camas hospitalares motorizadas a fim de atender as necessidades das crianças com microcefalia atendidas pela Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência,



vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís, garantindo a qualidade da assistência

9.2 Tal solução é similar à adotada por outros órgãos da administração e comum ao mercado de fornecedores, conforme demonstrado nos itens anteriores.

9.3 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

9.4 As camas deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde - SEMUS, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira - BR 135, Km 06 - Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-602 - Maracanã - São Luís / MA, obedecendo ao horário de entrega, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 16:00h

9.5 Os produtos deverão ser acondicionados conforme praxe do fabricante garantindo sua integridade até o uso, rotulado de acordo com a legislação vigente.

9.6 Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados pelas empresas e são facilmente comparáveis entre si, já que possuem padrões de desempenho e de características gerais similares, de modo a permitir objetivamente uma decisão de compra, com base no menor preço, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado, sendo, portanto, passíveis de aquisição por Pregão Eletrônico, visto que o interesse desta Administração é obter o fornecimento da totalidade do equipamento em volume único e imediato.

**6.1** Para o pleno funcionamento da solução, deverão ser consideradas as demais exigências descritas no item 5 deste Estudo Técnico Preliminar.

**6.2** Para a seleção do fornecedor, deverá ser realizada a modalidade de Pregão Eletrônico pois é a mais adequada para a aquisição de bens comuns, por ser mais célere e garantir a máxima competitividade, o que contribui diretamente para a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

**6.3** Esta solução, em conjunto com os demais elementos do Estudo Técnico Preliminar, fornecerá a base para a elaboração do Termo de Referência e para a condução do processo licitatório, visando a aquisição eficiente e eficaz camas hospitalares necessárias à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís.

**6.4** Assim, resta demonstrado de forma objetiva que a solução escolhida é a mais adequada para atender Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência, nos termos dos Acórdãos TCU 2383/2014 e 214/2020-Plenário:

A Administração, por ocasião do planejamento de suas contratações, deve identificar previamente à elaboração das especificações técnicas e à cotação de preços, um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que possam atender completamente suas necessidades, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas.

## **10 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (art. 8º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei 14.133/21):**

10.1 O item pode ser adquirido separadamente (licitação por item) sem que isso afete o resultado ou qualidade final do produto ou serviço.

## **11 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 8º, inciso IX, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso IX, da Lei 14.133/21):**

11.1 O Demonstrativo dos Resultados Pretendidos visa estabelecer de forma clara os benefícios diretos e indiretos que a aquisição e o fornecimento de camas hospitalares trarão às crianças com microcefalia no

município de São Luís/MA, cumprindo as exigências do art. 8º, inciso IX, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e do art. 18, § 1º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021.

11.2 Os resultados pretendidos estão diretamente ligados à melhoria da qualidade de vida e à eficiência da assistência domiciliar, focando tanto no indivíduo quanto no sistema de saúde.

### **11.3 Resultados Focados no Paciente e Família**

11.3.1 **Maior Conforto e Segurança:** As camas hospitalares, por serem ajustáveis em altura e posição reduzem o risco de quedas e lesões, facilitando o posicionamento adequado da criança, essencial para a respiração, alimentação e conforto.

11.3.2 **Prevenção de Complicações Secundárias:** O posicionamento correto e a ergonomia do leito ajudam a prevenir ou minimizar escaras (úlceras de pressão), contraturas e deformidades musculoesqueléticas decorrentes da imobilidade prolongada.

11.3.3 **Apoio ao Cuidador:** A função de elevação da cama permite que os cuidadores (mães, pais, responsáveis ou profissionais de saúde) prestem assistência (troca de fraldas, alimentação, higiene, fisioterapia) a uma altura ergonomicamente adequada, reduzindo a sobrecarga física e prevenindo lesões ocupacionais neles.

### **11.4 Resultados Focados na Gestão e Eficiência**

11.4.1 **Cumprimento de Mandato:** Atendimento ao direito à saúde e à assistência social das crianças com microcefalia, assegurando as condições mínimas de dignidade e cuidado domiciliar.

11.4.2 **Redução de Custos Hospitalares:** Ao fornecer o material essencial, a intervenção fortalece a capacidade das famílias de manterem o cuidado em casa, reduzindo a necessidade de hospitalizações prolongadas e recorrentes devido a complicações evitáveis. A prevenção de complicações (como úlceras de pressão ou pneumonias aspirativas decorrentes de mau posicionamento) tende a diminuir a demanda por leitos hospitalares de média e alta complexidade, gerando economia para o sistema de saúde municipal.

11.5 Assim, a aquisição de camas hospitalares é um investimento estratégico que resulta diretamente na melhoria da qualidade de vida das crianças com microcefalia e na eficiência da gestão pública de saúde, transformando o ambiente domiciliar em um espaço mais seguro e adequado para o cuidado de longo prazo.

## **12 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 8º, inciso X, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso X, da Lei 14.133/21):**

12.1 Antes da formalização da futura contratação, deverá ser realizada uma série de ações fundamentais para garantir a correta execução contratual. Estas ações são cruciais para estabelecer bases sólidas, evitar problemas futuros e assegurar que o contrato seja executado de acordo com as normas legais e as expectativas da Administração. Eis algumas dessas providências:

12.1.1 Capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, fornecendo treinamento sobre os procedimentos de acompanhamento do contrato;

12.1.2 Quando do recebimento das camas hospitalares, verificar se atende a todos os requisitos estabelecidos no contrato e no termo de referência.

### **13 CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (art. 8º, inciso XI, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso XI, da Lei 14.133/21):**

13.1 Não há contratações correlatas/interdependentes.

### **14 IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 8º, inciso XII, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei 14.133/21):**

14.1 Além dos aspectos técnicos é fundamental considerar os impactos ambientais associados a essa aquisição. Neste contexto, apresentamos uma série de critérios e práticas para a avaliação dos impactos ambientais na aquisição de equipamentos hospitalares.

14.2 Destacamos que as legislações pertinentes à vigilância sanitária e orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia- Geral da União (AGU), pontua as providências a serem tomadas, através de inserção de solicitações no Termo de Referência, como por exemplo, item de descrição ou especificação técnica do produto (solicitando registro na ANVISA), Prova de atendimento aos seguintes requisitos de apresentação de Autorização de Funcionamento (AFE), Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente. Destacamos que todas estas documentações compõem este Estudo.

14.3 Vale ressaltar que um dos documentos solicitados pela Vigilância Sanitária, para emissão de Alvará Sanitário às empresas, é o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, conforme RDC nº 222, de 28 de março de 2018, o que demonstra que as empresas empregam práticas sustentáveis.

14.4 Estabelecemos abaixo possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras para o objeto a ser contratado.

#### **14.5 Descarte de Material Antigo**

14.5.1 Impacto: Descarte inadequado de equipamentos antigos pode resultar em contaminação do solo e da água devido a substâncias químicas presentes em componentes eletrônicos.

14.5.2 Medidas Mitigadoras: A empresa deve seguir padrões ambientais e regulamentações para o descarte seguro de equipamentos eletrônicos. Incentivar a reciclagem e reutilização sempre que possível. Cumprindo-se a RDC 306/2004.

#### **14.6 Consumo de Energia**

14.6.1 Impacto: Operação constante dos equipamentos pode resultar em consumo significativo de energia elétrica, contribuindo para emissões de gases de efeito estufa.

14.6.2 Medidas Mitigadoras: Incentivar o uso de equipamentos eficientes em termos energéticos. Explorar fontes de energia renovável para alimentar o equipamento, quando viável.

## **14.7 Manutenção e Substituição de Peças**

14.7.1 Impacto: Descarte inadequado de peças substituídas ou resíduos químicos provenientes da manutenção podem impactar o meio ambiente.

14.7.2 Medidas Mitigadoras: A empresa deve seguir procedimentos ambientalmente responsáveis na substituição e descarte de peças. Promover a reutilização de componentes quando possível.

## **15 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21):**

15.1 Com base na análise aprofundada dos aspectos técnicos, operacionais, orçamentários e das necessidades identificadas na demanda de contratação, apresentamos um parecer favorável à aquisição de camas hospitalares motorizadas para atender as necessidades das crianças com microcefalia.

15.2 Os principais pontos que fundamentam essa recomendação são:

**a)** Viabilidade Técnica: A solução atende aos requisitos técnicos e especificações detalhadas neste Estudo, incluindo compatibilidade com as demandas clínicas.

**b)** Viabilidade Operacional: A aquisição do material é vital para aprimorar os serviços, proporcionando maior qualidade de vida aos pacientes.

**c)** Viabilidade Orçamentária: O orçamento previsto para a aquisição é consistente e alinhado com as práticas de mercado e previsão no Plano de Contratações Anuais.

15.3 Diante das considerações, e com base na análise de risco, a contratação da solução de aquisição de camas hospitalares é altamente recomendada. Esta aquisição não apenas atenderá às demandas atuais, mas também pavimentará o caminho para uma prestação de serviços de saúde mais eficiente e avançada, alinhada aos princípios da administração pública moderna e da busca pela excelência na saúde preventiva e diagnóstica.

## **16 RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DO ETP:**

### **16.1 ELABORADOR**

Alana de Jesus Lopes Oliveira, Enfermeira, Apoio Técnico SARS/SEMUS, Matrícula: 6469257

Ludimila Monteiro de Almeida Menezes, Apoio Técnico SARS/SEMUS, membro da EPC, Matrícula: 6469259

### **16.2 DE ACORDO**

Josélia Alves dos Santos, Superintendente de Assistência à Rede de Saúde. Matrícula: 6469134.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Alana De Jesus Lopes Oliveira, Enfermeira**, em 09/01/2026, às 09:53, conforme Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Ludimila Monteiro De Almeida Menezes, Enfermeira**, em 09/01/2026, às 09:55, conforme Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Josélia Alves dos Santos, Administrativo**, em 12/01/2026, às 08:59, conforme Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **3037699** e o código CRC **70E6F654**.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE CAMAS HOSPITALARES MOTORIZADA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS CRIANÇAS COM MICROCEFALIA, CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CASPD), VINCULADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUÍS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DORAVANTE ESTABELECIDAS.**

**BASE LEGAL: FEDERAL: LEI Nº 14.133/2021, art. 28, inciso I, art. 78, inciso IV, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E ALTERAÇÕES.**

**MUNICIPAL: DECRETO 60.155/2024, DECRETO Nº 62.276/2026 E PROCESSO Nº 15901.039694/2025.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_/2026**

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.816.886/0001-98, com sede na rua Dep. Raimundo Vieira da Silva, n. 2000, Parque do Bom Menino, Centro, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, neste ato representada por seu titular a Sr.(a) ANA CAROLINA MARQUES MITRI DA COSTA, portador(a) da carteira de identidade nº. 0000616983964, expedida pela SSP/MA e inscrito(a) no CPF sob nº. 629.335.313-72, residente e domiciliado(a) nesta cidade, doravante denominada de CONTRATANTE e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, e-mail eletrônico XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº. XXXXXXXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) da C.I. nº. XXXXXXXX XX/XX e CPF nº. XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada de CONTRATADA, firmam o presente Contrato, que se regerá pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a legislação que rege a espécie, atendidas as cláusulas e condições que se anunciam a seguir:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PROCEDIMENTO**

**1. O presente Contrato obedece aos termos do Edital da Proposta e da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 60.155/2024 e Decreto nº 62.276/2026.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**2. O presente instrumento tem por objeto a Contratação de empresa especializada no fornecimento de camas hospitalares motorizadas para atender às necessidades específicas das crianças com microcefalia, cadastradas e acompanhadas pela Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (CASPD), vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, constante no anexo I do Edital de licitação**



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

em epígrafe e em conformidade com a proposta da CONTRATADA.

**2.1. Compõem o objeto da contratação:**

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD	PREÇO R\$	
				UNIT.	TOTAL
VALOR TOTAL					R\$ XXXXXXX

**2.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**2.3.1.** O Termo de Referência;

**2.3.2.** O Edital do Pregão nº \_\_\_\_/20 \_\_\_\_.

**2.3.3.** A proposta do contratado;

**2.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2.3.5.** Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/20 \_\_\_\_.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA**

**3.1.** O prazo para entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, emitida pela Administração, observado o cronograma e as condições estabelecidas neste Contrato.

**3.2.** Na hipótese de impossibilidade de cumprimento do prazo inicialmente estabelecido, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**3.3.** Os materiais/produtos/bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**3.4. Local de entrega:**

**3.4.1.** O bem deverá ser entregue nas dependências do Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde - SEMUS, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira - BR 135, Km 06 - Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-602 - Maracanã - São Luís / MA, observadas as normas internas de recebimento e conferência de materiais.

**3.5. Horário de Entrega:**

**3.5.1.** A entrega deverá ocorrer das 08:00h às 16:00h, horário local, de segunda a sexta-feira.

**3.6. RECEBIMENTO DO OBJETO**

**3.6.1.** Provisoriamente: no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

**3.6.2.** Definitivamente: no prazo de 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório, mediante atesto da Nota Fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**3.6.3.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.;

**3.6.4.** A troca de marca pela contratada, só poderá ser realizada após envio de solicitação formal e posterior análise pelos setores técnicos e jurídicos.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**3.7. DA GARANTIA DO PRODUTO**

**3.7.1.** A garantia será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar.

**3.7.2.** A garantia deverá assegurar que o equipamento permaneça em perfeitas condições de uso e funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, abrangendo todos os custos necessários à correção de falhas, defeitos ou vícios de fabricação.

**3.7.3.** A garantia compreende a manutenção corretiva integral do equipamento, a ser executada pela própria contratada ou por assistência técnica por ela formalmente autorizada, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com as especificações do fabricante.

**3.7.4.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada à correção de defeitos ou falhas de funcionamento, incluindo, quando necessário, a substituição de peças, ajustes, regulagens, reparos e demais intervenções indispensáveis à plena funcionalidade do bem.

**3.7.5.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**3.7.5.1.** O prazo para reparação ou substituição das peças que apresentarem vício ou defeito será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da notificação à contratada.

**3.7.6.** O prazo para substituição das peças, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, mediante solicitação escrita e justificada da contratada, aceita pela contratante.

**3.7.7.** Sempre que o prazo de reparo comprometer a utilização do equipamento, a Contratada deverá disponibilizar, sem ônus, equipamento equivalente, com especificações técnicas iguais ou superiores ao originalmente fornecido, para uso provisório, garantindo a continuidade do atendimento assistencial.

**3.7.8.** Em caso de defeito insanável, a contratada deverá substituir integralmente o equipamento em até 15 dias corridos, contados a partir da ciência do fato passada, formalmente, a contratante, ou a partir do fim do prazo para o reparo e/ou sua eventual prorrogação.

**3.7.9.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela contratada, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

**3.7.10.** O custo referente ao transporte do equipamento coberto pela garantia será de responsabilidade da Contratada

**3.7.11.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

**3.8. DA MANUTENÇÃO.**

**3.8.1.** Encerrado o prazo de garantia legal e/ou contratual, a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, quando necessária, poderá ser realizada por empresa especializada a ser oportunamente contratada pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme planejamento próprio da Administração.

**3.8.2.** A contratação de serviços de manutenção após o término da garantia não integra o escopo da presente contratação, não gerando qualquer obrigação futura ou vínculo automático com a Contratada, em observância ao princípio da segregação de objetos e ao planejamento da contratação pública.

**3.9. DAS CONDIÇÕES DE TREINAMENTO E DO FORNECIMENTO DE MANUAL**

**3.9.1.** A CONTRATADA deverá realizar a apresentação técnica do equipamento, bem como o treinamento operacional básico aos profissionais indicados pela CONTRATANTE, abrangendo, no mínimo, a correta





**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

utilização dos comandos, ajustes de posicionamento, acionamento dos sistemas motorizados e orientações gerais de segurança.

**3.9.2.** O treinamento deverá ser realizado em datas e horários previamente acordados entre as partes, no período da manhã e/ou tarde, em local definido pela CONTRATANTE, cabendo a esta a indicação dos profissionais participantes.

**3.9.3.** A CONTRATADA deverá fornecer, no ato da entrega dos equipamentos, manual técnico em língua portuguesa, contendo informações completas e claras para o correto manuseio, operação, cuidados básicos, recomendações de segurança e orientações do fabricante, em meio físico e/ou digital, conforme disponibilizado pelo fabricante

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

**4.** O Valor total do seguinte contrato importa em **R\$ XXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

**4.1.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.** A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

<b>Unidade Orçamentária</b>	
<b>Projeto Atividade</b>	
<b>Natureza de Despesas</b>	
<b>Fonte do Recurso</b>	
<b>Ficha</b>	
<b>Nota de Empenho</b>	

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

**6. PRAZO DE PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto nesse instrumento.

**6.2.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$365$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula.

N= Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP= Valor da Parcela em atraso



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**6.3. FORMA DE PAGAMENTO**

**6.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**6.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.3.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.3.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**6.4. LIQUIDAÇÃO**

**6.4.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

**6.4.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**6.4.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência do contrato decorrente desta contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, período suficiente para a execução integral do objeto, incluindo o fornecimento, o recebimento definitivo e demais obrigações contratuais acessórias.

**CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**8.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista que, não se aplica a nenhuma hipótese prevista no inciso I do referido decreto.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**9. São obrigações do Contratante:**

**9.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Contrato e seus anexos;

**9.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato e no Termo de Referência;

**9.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

**9.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**9.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;

**9.6.** Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**9.7.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**9.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**9.9.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**9.10.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**9.11.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**9.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato, Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**10.1.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

**10.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

**10.3.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**10.5.** Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados

**10.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

**10.8.** Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**10.9.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.10.** Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

**10.11.** Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

**10.12.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

**10.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

**10.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

**10.16. SUBCONTRATAÇÃO**

**10.16.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, com base no art. 122 da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**11.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

**11.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**11.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**11.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**11.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**11.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**11.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**11.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**11.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**11.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**11.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**11.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**11.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRÁTICAS DA SUSTENTABILIDADE**

**12.1.** Os principais impactos ambientais associados à aquisição e ao uso de camas hospitalares motorizadas estão relacionados, sobretudo, ao consumo de energia elétrica, ao descarte de equipamentos e componentes ao final de sua vida útil, bem como à substituição de peças e geração de resíduos decorrentes de manutenções corretivas, quando aplicável.

**12.1.1.** No que se refere ao descarte de equipamentos e componentes eletromecânicos, o manejo inadequado pode ocasionar riscos ambientais, tais como a contaminação do solo e da água por substâncias presentes em componentes eletrônicos, estruturas metálicas e materiais sintéticos.

**12.1.2.** Contaminação ambiental: o descarte impróprio de componentes elétricos, motores, placas eletrônicas e demais partes do equipamento pode resultar na liberação de substâncias potencialmente nocivas ao meio ambiente, com reflexos negativos à saúde humana e à fauna, especialmente quando destinados a locais não licenciados.

**12.1.3.** Embalagens e materiais de acondicionamento: as embalagens utilizadas no transporte e fornecimento dos equipamentos, quando não adequadamente gerenciadas, podem contribuir para o aumento do volume de resíduos sólidos, demandando práticas adequadas de reaproveitamento, reciclagem ou destinação final ambientalmente correta.

**12.1.4.** O gerenciamento inadequado dos resíduos provenientes da substituição de peças, da manutenção ou da desativação dos equipamentos representa potencial impacto ambiental, razão pela qual devem ser observadas rigorosamente as normas aplicáveis ao Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e de resíduos eletroeletrônicos.

**12.1.5.** O descarte de resíduos e equipamentos inservíveis deverá observar as normas estabelecidas pelos órgãos ambientais e de vigilância sanitária, em especial a RDC nº 222, de 28 de março de 2018, da ANVISA,



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

que dispõe sobre as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde, bem como a legislação ambiental correlata, exigindo a destinação por empresas licenciadas e ambientalmente habilitadas.

**12.2. IMPACTOS AMBIENTAIS**

**12.2.1.** Além dos aspectos técnicos inerentes à contratação, devem ser considerados os impactos ambientais associados à aquisição de camas hospitalares motorizadas, razão pela qual se estabelecem critérios e práticas voltados à mitigação de riscos ambientais, em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 8º, inciso XII, do Decreto Municipal nº 60.155/2024.

**12.2.1.1.** Destaca-se que as exigências relacionadas à regularidade sanitária das empresas fornecedoras, tais como Licença Sanitária válida e Autorização de Funcionamento (AFE), quando aplicável, bem como a observância das orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, constituem medidas indiretas de sustentabilidade, na medida em que asseguram que os fornecedores adotem práticas compatíveis com a legislação ambiental e sanitária vigente.

**12.2.1.2.** Ressalta-se, ainda, que a exigência de conformidade com a RDC nº 222, de 28 de março de 2018, da ANVISA, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, demonstra o compromisso com a adoção de práticas sustentáveis por parte das empresas, especialmente no que se refere ao manejo adequado de resíduos decorrentes de suas atividades.

**12.2.1.3.** No que se refere aos possíveis impactos ambientais associados à contratação, destaca-se que o descarte inadequado de equipamentos hospitalares ou de seus componentes ao final de sua vida útil pode resultar em contaminação do solo e da água, em razão da presença de materiais eletromecânicos e sintéticos. Nesse sentido, deverão ser observadas práticas ambientalmente adequadas para o descarte, incluindo a destinação por empresas licenciadas, bem como o incentivo à reciclagem e reutilização de materiais, sempre que possível.

**12.2.1.4.** Adicionalmente, a operação dos equipamentos poderá implicar consumo de energia elétrica, ainda que em níveis moderados, contribuindo indiretamente para impactos ambientais relacionados à geração de energia. Como medida mitigadora, deverá ser incentivada a aquisição de equipamentos com maior eficiência energética, bem como a adoção de práticas de uso racional de energia.

**12.2.1.5.** No que tange à manutenção e substituição de peças, o descarte inadequado de componentes substituídos pode gerar resíduos com potencial impacto ambiental. Dessa forma, a contratada deverá adotar procedimentos ambientalmente responsáveis para a substituição e destinação desses materiais, priorizando a reutilização, reciclagem ou descarte ambientalmente adequado, em conformidade com a legislação vigente.

**12.2.1.6.** Por fim, o manejo dos resíduos sólidos eventualmente gerados ao longo do ciclo de vida dos equipamentos deverá observar, no que couber, as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010), garantindo a adequada segregação, acondicionamento, transporte e destinação final, de modo a preservar o meio ambiente e prevenir riscos à saúde pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**13.1.** Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo nos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**13.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos ou supressões** que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**





**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- e) fraudar a licitação.
- f) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**14.2.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.3.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência.

II. Multa:

a. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

b. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo **5% (cinco por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1. O atraso superior a **30 dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

c. compensatória de **5% (cinco por cento)**, sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III. Impedimento de licitar e contratar.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

**14.4.** A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.5.** Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.5.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**14.5.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.5.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**14.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**14.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.10.** O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**14.12.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**15.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**15.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.





**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**15.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**15.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**15.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**15.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**16.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**16.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**16.3.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**16.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**16.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**16.6.** O setor responsável comunicará, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**17.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**17.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**17.3.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO GESTOR DO CONTRATO**

**18.** Cabe ao gestor do contrato:



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**18.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**18.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**18.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**18.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**18.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**18.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**18.7.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO**

**19.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**19.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**19.3.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**19.4.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**19.5.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**19.6.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**19.7.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**19.8.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**19.9.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**19.9.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**19.9.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**19.9.3.** Indenizações e multas.

**19.10.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**19.11.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO REAJUSTE**

**20.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**20.2.** Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**20.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**20.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**20.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**20.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**20.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**20.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

**21.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**22.1.** A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Município de São Luís, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos prazos previstos no inciso II do caput do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO**

**23.1.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís – Comarca da Ilha de São Luís, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Luís (MA), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**ANA CAROLINA MARQUES MITRI DA COSTA**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**EMPRESA**  
**CONTRATADA**

**Testemunhas:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_

**Nome:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_